

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

EDITAL DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E COMBATE Á FOME **PREÂMBULO**

Torna-se público aos interessados que o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL ARARIPINA/PE**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 13.491.152/0001-79, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E COMBATE Á FOME**, sediada na Rua Coelho Rodrigues, nº 275, Centro, Araripina-PE, realizará **PREGÃO ELETRÔNICO**, através de sua Agente de Contratação, atuando na função de Pregoeira, o Sr. Francisco Rodrigues da Silva– Portaria nº 159/2025, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **Menor Preço** (representado pelo menor valor por item), de acordo com o descrito neste edital e seus anexos,

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Municipal nº 084/2023, Decreto Municipal nº 032/2024, além do disposto no presente Edital e seus Anexos.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando à aquisição de mobiliário, visando atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome e suas respectivas secretarias e setores.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R\$ 114.882,73 (cento e quatorze mil, oitocentos e oitenta e dois reais e setenta e três centavos).

MODALIDADE/CRITÉRIO DE JULGAMENTO/MODO DE DISPUTA: Pregão Eletrônico - Menor Preço Por Item - Aberto.

DATA/HORA FASE DE LANCES: Às 09h00min do dia 20/05/2026.

AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO: Francisco Rodrigues da Silva - Portaria Nº 159/2025.

INFORMAÇÕES: O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis na plataforma do “SISTEMA LICITANET” - www.licitanet.com.br; no sítio oficial da Prefeitura de Araripina/PE - www.araripina.pe.gov.br; e no site www.gov.br/pncp.

OBS: ainda poderá ser solicitado pelo e-mail cpl@araripina.pe.gov.br.

CONTATO/ENDEREÇO COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO: (87) 9 8138 9688, sediada à Rua Coelho Rodrigues, nº 174, Centro, neste município, de segunda a sexta, das 08hs às 14hs.

DISPOSIÇÕES GERAIS: O presente Edital observará as condições definidas previamente pelo órgão solicitante, sendo este o responsável pelo DFD, ETP, TR, Cotações prévias para formação dos

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

preços estimados e demais e informações necessárias ao processamento da contratação.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

- 1.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação), em todas as suas fases;
- 1.2. Os atos da licitação serão documentados no respectivo processo administrativo, com vistas à aferição de sua regularidade;
- 1.3. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do município, denominado Agente de Contratação/Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo do sistema provedor;
- 1.4. **DATA DE INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 08/05/2026;
- 1.5. **DATA FINAL DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** até as 08h59min do dia 20/05/2026;
- 1.6. **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE DISPUTA:** às 09h00min do dia 20/05/2026;
- 1.7. **LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO:** SISTEMA LICITANET - LICITAÇÕES ONLINE www.licitanet.com.br;
- 1.8. **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:** observado o prazo legal, os interessados poderão formular consultas em campo próprio do sistema provedor. Contatos podem ser realizados pelos telefones: (34) 3014 - 6633 ou (34) 2512 - 6500;
- 1.9. **ENDEREÇO PARA ENVIO DE CORRESPONDÊNCIAS:** Rua Coelho Rodrigues, nº 174, Centro, Araripina/PE, CEP: 56.280-000;
- 1.10. Todas as referências de tempo do Edital, do Aviso e da Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO:

- 2.1. Tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇO para possível contratação de empresa (s), para à aquisição de mobiliário, para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome e suas respectivas secretarias e setores de acordo com o descrito neste edital e seus anexos;
 - 2.1.1. A licitação será dividida **em itens**, conforme tabelas abaixo, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;
 - 2.1.2. Os lotes abaixo se referem A **COTA PRINCIPAL (AMPLA CONCORRÊNCIA) E COTA EXCLUSIVA (RESERVADA)** para **MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)**, conforme Art. 48, I da Lei Complementar 147/2014, que possuem objeto para os lotes licitados e atendam aos requisitos do Edital de Licitação;
 - 2.1.1. A licitação será dividida **em itens**, conforme tabelas abaixo, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR	VALOR
------	---------------	------	--------	-------	-------

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

				UNITÁRIO	TOTAL
1	MESA SECRETARIA 1,20MM COM TAMPO EM MDP-BP 15MM COM GAVETEIRO AEREO 02 GAVETAS C/ PUXADORES DE SOBREPOR PRATA, FECHADURA TIPO YALE C/02 CHAVES, SAPATAS NIVELADORAS E PINTURA ELETROSTATICA A PÓ, NA COR CINZA	UNID	6	R\$ 395,52	R\$ 2.373,12
2	CADEIRA SECRETARIA GIRATORIA S/ BRAÇOS REGULARES DE ALTURA, BASE A GAS, ESTRUTURA C/ TUBO DEM AÇO MADEIRA COMPENSADA, REVESTIDA DE ESPUMA INJETADA; PÉS: BASE EM NYLON 28,5 CM. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO SEM EMBALAGEM (AXLXD) 53X27X51CM	UNID	10	R\$ 314,37	R\$ 3.143,70
3	ARMARIO ALTO 02 PORTAS MELAMINICO 15M MDP-BP COM DROBADIÇAS INTERNAS, POSSUI 02 PRATELEIRAS MÓVEIS E 01 FIXA. FECHADURA TIPO YALE COM 02 CHAVES E SAPATAS NIVELADORAS. DIMENSÃO: 158ALT X 89LARG X 38PROF	UNID	6	R\$ 592,21	R\$ 3.553,26
4	CADEIRA PLASTICA TIPO SOL DASLA BRISTO 793 SEM BRAÇO NA COR BRANCA.	UNID	100	R\$ 39,62	R\$ 3.962,00
5	ESTANTE DE AÇO DESMONTAVEL COM 06 PRATELEIRAS, DOBRAS DUPLAS NAS LATERAIS E DOBRAS TRIPLAS NAS FRONTAIS E POSTERIORES, 04 COLUNAS EM PERFIL L DE 30X30, 04 SAPATAS PLASTICAS. COR: CINZA	UNID	10	R\$ 264,60	R\$ 2.646,00
6	TENDA PIRAMIDAL COM ESTRUTURA EM FERRO TUBULAR COM ESPESSURA DE 3", COM TRATAMENTO DE FERRUGEM, COM PARTES UNIDAS POR ENCAIXE E FIXADAS POR PARAFUSOS, 05X05X2,5, LONA DE COBERTURA	UNID	2	R\$ 4.625,00	R\$ 9.250,00

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

	DE PVC IMPERMEAVEL, COM EMENDAS VULCANIZADAS 05X05M E BOLSA PARA ACONDICIONAR A LONA. TENDA PIRAMIDAL COM ESTRUTURA EM FERRO TUBULAR COM ESPESSURA DE 3, COM TRATAMENTO DE FERRUGEM, COM PARTES UNIDAS POR ENCAIXE E FIXADAS POR PARAFUSOS, 05X05X2,5, LONA DE COBERTURA DE PVC IMPERMEAVEL, COM EMENDAS VULCANIZADAS 05X05M E BOLSA PARA ACONDICIONAR A LONA.				
7	LONGARINAS 03 LUGARES EM POLIPROPILENO INJETADO, PÉS EM TRAPEZIO 35010 CR, MEDINDO 1,53X81X51	UNID	10	R\$ 252,43	R\$ 2.524,30
8	LONGARINAS 04 LUGARES EM POLIPROPILENO INJETADO, PÉS EM TRAPEZIO 35010 CR, ALTURA TOTAL ENTRE 750-850 MM, LARGURA TOTAL ENTRE 2000-2500MM, LARGURA DO ASSENTO INDIVIDUAL ENTRE 400-660MM.	UNID	6	R\$ 560,71	R\$ 3.364,26
9	MESA PARA REUNIÃO EM MADEIRA 25MM, MEDINDO 240X1,10 BORDAS EM PERFIL DE ABS, PÉS PAINEL 390457	UNID	1	R\$ 923,33	R\$ 923,33
10	BALÇÃO RECEPÇÃO EM L, MEDINDO 1,40X1,40X0,60X1,10 MDP 25MM REVESTIMENTO EM MELAMINICO COM BORDAS DE PERFIL EM ABS.	UNID	2	R\$ 1.268,33	R\$ 2.536,66
11	BALÇÃO RECEPÇÃO RETO, MEDINDO 2,00M, SENDO 1M COM ALTURA DE 1,10/1,00M COM ALTURA DE 0,74M EM MADEIRA COM ESPESSURA DE 25MM, REVESTIDO EM MELAMINICO COM BORDAS EM ABS.	UNID	3	R\$ 1.323,50	R\$ 3.970,50
12	ARMARIO DE AÇO SUSPENSO COM 03 PORTAS 3 E 3 PRATELEIRAS, REVESTIDO EM COM PINTURA ELETROSTATICA A PÓ, COM DIMENSÕES 52,5CM	UNID	6	R\$ 479,75	R\$ 2.878,50

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

	(A) X 105,0 CM (L) X 28,30CM (P), BRANCO.				
13	ARMARIO MULTIUSO 02 PORTAS COM 04 PRATELEIRAS COM PUXADORES EM ABS CROMADO E PÉS INCLUSO, MATERIAL EM MDP DE 15MM, ACABAMENTO EM PINTURA IMPRESSÃO UV, SUPORTA ATÉ 8KG POR PRATELEIRAS, DIMENSÕES 54CM (L) X 1,60 (A) X 33,5 (P)	UNID	5	R\$ 475,80	R\$ 2.379,00
14	ARMARIO DE AÇO COM 2 PORTAS COM CHAVE, ESTRUTURA DO TAMPO EM CHAPA #24, ESTRUTURA DO CORPO, PORTAS E PRATELEIRAS EM AÇO CHAPA #26, PRATELEIRAS INTERNAS COM POSSIBILIDADE DE REGULAR ALTURA, PORTAS E PRATELEIRAS COM REFORÇO INTERNO, CONTEM 4 PRATELEIRAS (1 FIXA E 3 REGULARES), PUXADOR ESTAMPADO NA FRENTE DA PORTA COM PERFIL PVC , FECHADURA CILINDRICA TIPO YALE COM 02 CHAVES, TRAVAMENTO DA PORTA NA PRATELEIRA FIXA CENTRAL, ACOMPANHA KIT, PÉ REGULAVEL, PITURA ELETROSTATICA A PÓ (TINTA HIBRIDA)TODAS AS CORES COM AS SEGUINTE MEDIDAS 1,95M DE ALTURA, 0,80M DE LARGURA E 0,40 DE PROFUNDIDADE.	UNID	4	R\$ 762,22	R\$ 3.048,88
15	MESA LATERAL QUADRADA, TAMPO E FECHAMENTO LATERAIS EXECUTADO EM MDF COM ESPESURA DE 25MM (45°) PÉS EM MADEIRA MACIÇA DE PINUS, COM AS SEGUINTE MEDIDA, LARGURA 525MM, ALTURA 660MM E PROFUNDIDADE DE 525MM	UNID	4	R\$ 700,30	R\$ 2.801,20
16	ARMARIO BAIXO 2 PORTAS, TAMPO E CORPO COFECCIONADOS EM MDP15MM,	UNID	8	R\$ 388,39	R\$ 3.107,12

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

	BORDAS ABS DE 1MM EM TODO O ARMARIO, BASE DO ARMÁRIO COM SAPATA REGULADORAS NA COR PRETA, FIXAÇÃO DE TODO O ARMARIO ATRAVÉS DO SISTEMA MINIFIX, MEDIDO LARGURA 80CM, ALTURA 1,59M E PROFUNDIDADE 90CM.				
17	ARMARIO ALTO 2 PORTAS, TAMPO E CORPO CONFECCIONADOS EM MDP DE 15MM, BORDAS ABS DE 1MM E TODO O ARMARIO COM SAPATA REGULADORA NA COR PRETA, FIXAÇÃO DE TODO O ARMARIO ATRAVÉS DO SISTEMA MINIFIX, POSSUI 3 PRATELEIRAS, MEDINDAS LARGURA 80CM, ALTURA 1,59M E PROFUNDIDADE 42CM	UNID	6	R\$ 570,11	R\$ 3.420,66
18	MESA REUNIÃO RETANGULAR CONFECCIONADA EM MADEIRA MDP, ESTRUTURA EM CHAPA DE AÇO E PÉ TIPO H COM BASE EM TUBO OBLONGO COM SAPATA NIVELADORA, PARTES EM AÇO COM TRATAMENTO ANTI CORROSIVO, DIMENSÕES MEDIDAS LARGURA 2,0M, ALTURA 74CM, E PROFUNDIDADE 90CM	UNID	2	R\$ 1.032,20	R\$ 2.064,40
19	ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS PARA PASTA SUSPensa COM CHAVE, DESLIZAMENTO DAS GAVETAS POR CARRINHO TELESCOPICO, FRENTE DAS GAVETAS, TAMPO E RODAPÉ EM CHAPA#24, RESTANTE COFECCIONADA EM AÇO 26#, CHAVE YALE COM TRANCA SIMUTANEA, PÉS NIVELADORES, CAPACIDADE DE CARGA POR GAVETA 45KG, PUXADORES ESTAMPADOS, MEDINDO 1,34M DE ALTURA, 0,47M DE LARGURA E 0,67 DE PROFUNDIDADE.	UNID	2	R\$ 682,98	R\$ 1.365,96
20	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA COM UMA LEVE CAMADA DE	UNID	10	R\$ 385,40	R\$ 3.854,00

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

	ESPUMA REVESTIDA NO VINIL COM POLIPROPILENO INJETADO, COM BRAÇOS, BASE GIRATORIA COM RODIZIOS EM POLIURETANO.				
21	CADEIRA FIXA ERGONOMICA COM ESTOFADO CADEIRA FIXA ERGONOMICA BASE TRAPEZIO NO AÇO CARBONO ESTOFADA REVESTIDA EM VINIL. CADEIRA FIXA BASE TRAPEZIO NO AÇO CARBONO ESTOFADA REVESTIDA EM VINIL.	UNID	10	R\$ 205,00	R\$ 2.050,00
22	CADEIRA FIXA TIPO LUNA EM POLIPROPILEN CADEIRA FIXA LUNA EM POLIPROPILEN, PRETA, SEM APOIO PARA OS BRAÇOS, SUPORTE DE ENCOSTO COM 2TUBOS DE AÇO CARBONO, DE FORMATO OBLONGO, ASSENTO E ENCOSTO CONFECCIONADOS EM POLIPROPILENO(PP), COM CAPACIDADEDE PESO RECOMENDADO ATÉ 110KG	UNID	10	R\$ 130,87	R\$ 1.308,70
23	CADEIRA GIRATÓRIA MODELO EXECUTIVA, COM REGULAGEM DE ALTURA, GÁS RELAX, COM BRAÇO, 5 PÉS COM RODÍZIOS DUPLOS, REFORÇADOS, COM CAPA PROTETORA (REVESTIDA EM CIMA DAS HASTES) E REVESTIMENTO DO PISTÃO, COM ESPUMA DE POLIURETANO INJETADA, COM DENSIDADE MÉDIA MÍNIMA 55 KG/M3 MOLDADA ANATOMICAMENTE COM ESPESSURA MÉDIA DE 70 MM, DIMENSÕES MÍNIMAS DO ASSENTO: 0,47 M LARG. X 0,42 M PROF., DIMENSÕES MÍNIMAS DO ENCOSTO: 44 LARG. X 35 ALT., REVESTIMENTO DO TECIDO 100% POLIÉSTER, ANTIALÉRGICO, TECIDO NA COR PRETA, AZUL OU CINZA (A SER DEFINIDO NO EMPENHO)	UNID	2	R\$ 492,54	R\$ 985,08
24	CADEIRA GIRATÓRIA MODELO DIRETOR, COM REGULAGEM DE ALTURA, GÁS RELAX, COM	UNID	3	R\$ 489,78	R\$ 1.469,34

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

	BRAÇO, 5 PÉS COM RODÍZIOS DUPLOS, REFORÇADOS, COM CAPA PROTETORA (REVESTIDA EM CIMA DAS HASTES) E REVESTIMENTO DO PISTÃO, COM ESPUMA DE POLIURETANO INJETADA, COM DENSIDADE MÉDIA MÍNIMA 55 KG/M3 MOLDADA ANATOMICAMENTE COM ESPESSURA MÉDIA DE 70 MM, DIMENSÕES MÍNIMAS DO ASSENTO: 0,49 M LARG. X 0,49 M PROF., DIMENSÕES MÍNIMAS DO ENCOSTO: 46 LARG. X 47 ALT., REVESTIMENTO DO TECIDO 100% POLIÉSTER, ANTIALÉRGICO, TECIDO NA COR PRETA, AZUL OU CINZA (A SER DEFINIDO NO EMPENHO).				
25	ARMÁRIO PARA VESTIÁRIO COM 06 PORTAS, COM VENTILAÇÃO, EM CHAPA DE AÇO MÍNIMO 22, COM PITÕES PARA CADEADO. MEDIDAS MÍNIMAS: P 0,40M X L 0,93M X A 1,97M.	UNID	3	R\$ 1.205,80	R\$ 3.617,40
26	ILHA DE TRABALHO COMPOSTA POR 04 (QUATRO) MESAS MEDIDAS MÍNIMAS: 1,40 X 1,40 X 0,60 X 0,74, TAMPOS EM LAMINADO MELAMÍNICO, ESPESSURA DO TAMPO MÍNIMO 25 MM, COM ACABAMENTO POST FORMING (BORDA DE 180° MACIÇA). PAINEL DIVISÓRIO EM CADA MESA COM 30 CM DE ALTURA A PARTIR DO TAMPO. COM GAVETEIRO FIXO 2 GAVETAS, MEDINDO MÍNIMO L 0,30 X C 0,40 X A 0,22M, EM LAMINADO MELAMÍNICO, FRENTE DAS GAVETAS E LATERAIS COM MÍNIMO 15 MM DE ESPESSURA, CORREDIÇAS METÁLICAS, CHAVES COM FECHAMENTO SIMULTÂNEO. COM PORTA CPU. PÉS FIXADOS SOB O TAMPO, TUBO SUPERIOR DA ESTRUTURA COM ESPESSURA MÍNIMA DE 2 MM, TUBO	UNID	2	R\$ 3.584,55	R\$ 7.169,10

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

	VERTICAL OBLONGO COM CANALETA PASSA-FIO REMOVÍVEL E TUBO TRANSVERSAL INFERIOR OBLONGO COM PONTEIRAS INJETADAS EM POLIÉSTER. SAIA ENTRE OS PÉS 15 MM DE ESPESSURA FIXADA COM PARAFUSOS. SAPATA COM REGULAGEM DE ALTURA. COR (A SER DEFINIDO NO EMPENHO)				
27	MESA COM GAVETEIRO FIXO DE 2 GAVETAS TAMPO EM MDF MÍNIMO 25 MM COM BORDAS ARREDONDADAS EM PVC; PÉS EM TUBO DE AÇO INDUSTRIAL. ENTRE ESTRUTURAS, SAIA DE MDF MÍNIMO 15 MM; GAVETEIRO CONFECCIONADO EM MDF MÍNIMO 15 MM COM CHAVE; CORREDIÇAS METÁLICAS NAS GAVETAS; DIMENSÕES MÍNIMAS MESAS: COMP. 1,20M / PROF. 0,60M / ALT. 0,75M, DIMENSÕES MÍNIMAS GAVETAS: COMP. 0,40M / PROF. 0,45M / ALT. 0,36M	UNID	2	R\$ 545,00	R\$ 1.090,00
28	MESA PARA IMPRESSORA, EM MDF MÍNIMO 15 MM, BORDA EM PVC FLEXÍVEL, PÉ OBLONGO 30X50, MEDIDAS MÍNIMAS: 60 CM LARG. X 40CM PROF. X 74CM ALT.	UNID	6	R\$ 426,71	R\$ 2.560,26
29	POLTRONA FIXA MODELO DIRETOR, REVESTIDO EM TECIDO NA COR (A SER DEFINIDO NO EMPENHO) GOMADA EM COSTURA HORIZONTAL, ASSENTO ENCOSTO ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE E ANATÔMICA, BASE SKY TRAPÉZIO AÇO EM TUBO 7/8X1,20 PRETA PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI A PÓ, BRAÇO FIXO CORSA EM POLIURETANO E SUPORTE FIXAÇÃO DO ASSENTO E ENCOSTO POR LÂMINA DE AÇO SANFONADA, DESLIZADORES EM POLIPROPILENO	UNID	10	R\$ 671,92	R\$ 6.719,20

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

30	ROUPEIRO EM AÇO; 04 COMPARTIMENTOS INDIVIDUAIS COM CABIDE E PORTA COM FECHADURA E SUPORTE PARA ETIQUETA; COM PÉS NIVELADORES; AÇO 26 NO MÍNIMO; DIMENSÕES EXTERNAS MÍNIMAS: ALT. 193CM; LARG. 62,5CM, PROF. 42CM. DIMENSÕES INTERNAS MÍNIMAS: ALT. 86CM; LARG. 24CM; PROF. 40CM.	UNID	2	R\$ 1.777,78	R\$ 3.555,56
31	MESA DE REUNIÃO OVAL, NA COR (A SER DEFINIDO NO EMPENHO), DIMENSÕES MÍNIMAS: 2000X1000X740 MM, TAMPO: MDP MINIMO 25MM, BORDA C/ FITA PVC 2MM. ESTRUTURA: METÁLICA, BASE C/ TUBO OBLONGO E VERTICAIS C/ TUBO OBLONGULAR PONTEIRAS EM PVC RÍGIDO, SAPATAS NIVELADORAS EM NYLON.	UNID	2	R\$ 1.180,00	R\$ 2.360,00
32	MESA DE REUNIÃO REDONDA, NA COR CINZA CRISTAL OU PÉROLA (A SER DEFINIDO NO EMPENHO), DIMENSÕES MÍNIMAS: Ø120X740MM, TAMPO: MDP MINIMO 25MM, BORDA C/ FITA PVC 2MM. ESTRUTURA: METÁLICA, BASE COM TUBO OBLONGO E VERTICAIS COM TUBO OBLONGULAR PONTEIRAS EM PVC RÍGIDO, SAPATAS NIVELADORAS EM NYLON	UNID	2	R\$ 573,52	R\$ 1.147,04
33	MESA DE PLÁSTICO, MESA QUADRADA, EMPILHÁVEIS, SUPORTA ATÉ 140 KG, COM PROTEÇÃO UV, CONJUNTO MONOBLOCO, COR BRANCO, MEDIDA DA MESA: 70 X 70 X 70 CM, GARANTIA DE 12 MESES DO FABRICANTE, DEVERÁ POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, CONFORME NBR14776:2013.	UNID	25	R\$ 84,98	R\$ 2.124,50
34	ARMÁRIO DE COZINHA, DE AÇO, COM 6 PORTAS, KIT TRIPLO, NAS MEDIDAS APROXIMADAS DE 1.200 MM (L) X 1.930 MM (A) X 520 MM (P), NA COR BRANCA	UNID	10	R\$ 1.085,97	R\$ 10.859,70

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

35	TENDA 3X6M TENDA GAZEBO SANFONADA ARTICULADA 3X6 COM LONA SINTÉTICA (PVC) + CAPA DE PROTEÇÃO PARA TRANSPORTE - ESTRUTURA DE AÇO ESPECIAL, TRATADO COM ZINCO PRATA A FRIO, COLUNA EM FORMATO QUADRADA 25X25MM E TRAVESSAS (TESOURAS) OVAIS 30X16MM, BASE DE APOIO DOS PÉS EM CHAPA DE AÇO CARBONO, COM FURO PARA FIXAÇÃO NO SOLO, QUATRO TRAVAS SUPERIORES DE SEGURANÇA DE AÇO TEMPERADO, PARA TRAVAMENTO QUANDO ABERTA, QUATRO TRAVAS DE AÇO TEMPERADO PARA REGULAGEM DA ALTURA. TENDA GAZEBO SANFONADA ARTICULADA 3X6 COM LONA SINTÉTICA (PVC) + CAPA DE PROTEÇÃO PARA TRANSPORTE - ESTRUTURA DE AÇO ESPECIAL, TRATADO COM ZINCO PRATA A FRIO, COLUNA EM FORMATO QUADRADA 25X25MM E TRAVESSAS (TESOURAS) OVAIS 30X16MM, BASE DE APOIO DOS PÉS EM CHAPA DE AÇO CARBONO, COM FURO PARA FIXAÇÃO NO SOLO, QUATRO TRAVAS SUPERIORES DE SEGURANÇA DE AÇO TEMPERADO, PARA TRAVAMENTO QUANDO ABERTA, QUATRO TRAVAS DE AÇO TEMPERADO PARA REGULAGEM DA ALTURA.	UNID	2	R\$ 2.350,00	R\$ 4.700,00
VALOR TOTAL					R\$ 114.882,73

2.2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. DO VALOR GLOBAL ESTIMADO:

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

3.1. O valor global estimado para o presente procedimento é de **R\$ 114.882,73 (CENTO E QUATORZE MIL, OITOCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E SETENTA E TRÊS CENTAVOS)**;

3.1.1. Os valores unitários estimados são os constantes do Anexo I - Termo de Referência.

3.2. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem;

3.3. Os preços finais unitários e totais propostos pela empresa licitante não poderão ultrapassar os preços unitários e totais estimados pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão por conta de recursos alocados nos Códigos Orçamentários específicos, sendo para o exercício de 2026:

Unidade Gestora: 4 – Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina

Órgão Orçamentário: 44000 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade Orçamentária: 44001 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 830 – APOIO ÀS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Ação: 1.150 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, MOVÉIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: MSC – 1.501.0000 – Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 620

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina

Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 821 – BLOCO DE GESTÃO DO SUAS-IGD-SUAS

Ação: 1.130 – AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO IGD

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 455

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.660.0000 - Recursos Transferidos pelo FNAS

Código Reduzido da Despesa: 457

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina
Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME
Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 822 – PROGRAMA DE GESTÃO DO PROGRAMA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO
Ação: 1.131 – AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO IGD
Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios
Código Reduzido da Despesa: 466
Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de recurso: MSC - 1.660.0000 - Recursos Transferidos pelo FNAS
Código Reduzido da Despesa: 467

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina
Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME
Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa: 832 – PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS
Ação: 1.134 – AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES PARA O PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS
Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios
Código Reduzido da Despesa: 502
Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de recurso: MSC - 1.660.0000 - Recursos Transferidos pelo FNAS
Código Reduzido da Despesa: 503

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina
Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME
Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 245 –Serviços Socioassistenciais
Programa: 834 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Ação: 1.132 – AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES DOS PROGRAMAS SOCIAIS DA PROTEÇÃO SOCIAL

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios
Código Reduzido da Despesa: 477

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de recurso: MSC - 1.660.0000 - Recursos Transferidos pelo FNAS
Código Reduzido da Despesa: 479

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina
Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME
Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 245 – Serviços Socioassistenciais
Programa: 823 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIALIZADA ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)
Ação: 1.133 – AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO MAC
Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios
Código Reduzido da Despesa: 491
Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de recurso: MSC - 1.660.0000 - Recursos Transferidos pelo FNAS
Código Reduzido da Despesa: 493

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina
Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME
Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 827 – PROGRAMA DE FORTALECIMENTO EMERGENCIAL DO ATENDIMENTO DO CADASTRO ÚNICO NO SUAS - PROCADSUAS
Ação: 1.136 – AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES PARA O PROCADSUAS
Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de recurso: MSC - 1.660.0000 - Recursos Transferidos pelo FNAS
Código Reduzido da Despesa: 520

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina
Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME
Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 306 – Alimentação e Nutrição

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Programa: 828 – COZINHA COMUNITÁRIA

Ação: 1.137 – AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES PARA A COZINHA COMUNITÁRIA

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 529

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.661.0000 – Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência

Código Reduzido da Despesa: 530

Unidade gestora: 11 - Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Órgão orçamentário: 45000 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Unidade orçamentária: 45001 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Função: 14 - Direitos da Cidadania

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 836 – GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ação: 1.120 - EXECUÇÃO DE OBRAS, AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MOVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA O FMDCA

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 640

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina

Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade Orçamentária: 17004 –FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 241 – Assistência ao Idoso

Programa: 820 – GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Ação: 1.122 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS DIVERSOS DESTINADOS AO CMDI

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 399

5. DO DECRETO MUNICIPAL Nº 032/2024:

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

5.1. Acerca do Decreto Municipal Nº 032/2024 (regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as ME's, EPP's, MEI's, Agricultores Familiares, Produtores Rurais e Sociedades Cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública municipal), serão beneficiados pelo mesmo, empresas/licitantes de âmbito local e/ou regional, conforme comprovação/declaração apresentada pelas mesmas, que se enquadram nessa condição e requerem tal benefício;

5.2. De modo a atender os objetivos da promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, previstos no artigo 47 da Lei Complementar Federal Nº 123/2006, os benefícios referidos nesta lei poderão priorizar a contratação com ME's e EPP's sediadas local ou regionalmente, podendo pagar preço superior ao melhor preço válido, até o limite de 10% (dez por cento);

5.2.1. Aplica-se o disposto no item 5.2 nas situações em que as ofertas apresentadas pelas ME's e EPP's sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço ofertado;

5.3. Considera-se:

a) Âmbito local: limites geográficos do município de Araripina/PE;

b) Âmbito regional: municípios componentes/integrantes da região do Sertão do Araripe (Araripina, Trindade, Ipubi, Ouricuri, Bodocó, Exú, Granito, Moreilândia, Santa Cruz e Santa Filomena).

5.3.1. A administração "poderá" estabelecer prioridade de contratação para as ME's e EPP's, sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, de acordo com o artigo 48, §3º, da Lei complementar Nº 123/2006;

5.3.2. Para efeito dos benefícios do Decreto Municipal Nº 032/2024, a prioridade será para as ME's e EPP's sediadas em Araripina/PE;

5.3.3. Não tendo ME ou EPP sediada no município de Araripina/PE, cuja proposta esteja no limite de 10% (dez por cento) previsto no subitem anterior, a prioridade poderá ser dada para as ME's e EPP's regionais e, em último caso, aquelas sediadas em municípios situados no Estado de Pernambuco, seguido pelos demais estados da federação;

5.4. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;

5.4.1. O disposto no item 5.4 somente se aplicará quando a melhor oferta válida não houver sido apresentada por ME ou EPP;

5.4.2. A preferência que trata o item 5.4 será concedida da seguinte forma:

I - Ocorrendo empate, a ME ou EPP melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

II - Não ocorrendo à contratação da ME ou EPP, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME's ou EPP's que se encontre em situação de empate, será realizado sorteio entre elas (via sistema LICITANET) para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

IV - Após o encerramento dos lances, a ME e EPP melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta em prazo estabelecido pela comissão deste órgão, na própria sessão eletrônica.

5.5. Para os fins dispostos no Decreto Municipal Nº 032/2024, o enquadramento como:

a) ME ou EPP se dará nos termos do artigo 3º, caput, incisos I e II, e parágrafo 4º da Lei Complementar Nº 123/2006;

b) MEI se dará nos termos do parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar Nº 123/2006.

5.6. Nas licitações para aquisições de bens de natureza "divisível" (e quando o item possuir valor estimado acima R\$ 80.000,00), desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, a

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Comissão de Contratação reservará cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de ME e EPP;

5.6.1. Para o disposto no item 5.6, a prioridade concedida pelo Decreto Municipal Nº 032/2024 será aplicada apenas na COTA RESERVADA para contratação exclusiva de ME's e EPP's.

5.7. A empresa licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de ME ou EPP quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no artigo 3º da Lei Complementar Nº 123/2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto Municipal Nº 032/2024;

5.8. Deverá ser exigida do licitante a ser beneficiado, declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como ME, EPP ou MEI, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar Nº 123/2006.

6. DO CADASTRO NO SISTEMA ELETRÔNICO:

6.1. A participação na presente Licitação se dará mediante acesso/cadastro no SISTEMA LICITANET - www.licitanet.com.br;

6.2. O acesso/cadastro no SISTEMA LICITANET se dará por meio de digitação de senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da Proposta de Preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido;

6.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no SISTEMA LICITANET, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão/entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados;

6.4. Caberá ao licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico antes, durante e após a sessão pública do certame licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens e informações emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

6.5. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através de uma empresa associada ou pelos telefones: (34) 3014 - 6633 ou (34) 2512 - 6500, ou através da LICITANET - LICITAÇÕES ONLINE pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

7.1. **PODERÃO PARTICIPAR** deste certame as Pessoas Jurídicas interessadas que atenderem as exigências contidas neste Edital e seus anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes na elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos;

7.2. Estarão **IMPEDIDOS DE PARTICIPAR** de quaisquer fases do certame, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

a) Esteja cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Municipal, em face da hipótese prevista no inciso III do Art. 156, da Lei nº 14.133/2021;

b) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

c) Estejam sob falência, dissolução ou liquidação;

d) Estejam enquadradas no disposto do Art. 14, da Lei nº 14.133/2021;

e) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

f) Que não se qualifiquem como microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas - restrito aos lotes marcados para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas;

g) Que, embora qualificadas como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, incidam em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006 - restrito aos lotes marcados para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas;

7.3. Não Será permitida a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio. A vedação à participação de interessados que se apresentam constituídos sob a forma de consórcio não terá prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcio é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos do edital, o que não se aplica no presente certame. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, conforme se depreende do texto da Lei 14.133/2021, que em seu artigo 15º que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcios, para o caso concreto, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade. Essa decisão com relação a vedação à participação de consórcios visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida em que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam realizar o fornecimento do objeto, reduziria o número de licitantes;

7.4. É vedado ao servidor do órgão e/ou entidades da Administração Pública Municipal de Araripina/PE, Autarquias, Empresas Públicas ou Fundações, instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal, participar como licitante, direta ou indiretamente por si, por interposta pessoa, dos procedimentos desta Licitação;

7.5. O desatendimento de quaisquer exigências estabelecidas neste Edital importará na desclassificação ou inabilitação do interessado, a depender da fase a qual estiver submetido o procedimento.

8. DAS ATRIBUIÇÕES DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO:

8.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Responder as questões formuladas pelos interessados, relativas ao certame;
- b) Abrir as propostas de preços;
- c) Analisar a aceitabilidade das propostas;
- d) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- e) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- f) Verificar os documentos de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar;
- g) Declarar o vencedor;
- h) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- i) Elaborar a ata da sessão;
- j) Encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicar e homologar a licitação.

8.2. O Pregoeiro será auxiliado pela Equipe de Apoio.

9. DAS DECLARAÇÕES:

9.1. Como condição de participação no Pregão, o licitante anexará no sistema eletrônico às seguintes declarações:

9.1.1. Que não incorre nas condições do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

- 9.1.2. Que atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 9.1.3. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 9.1.4. Que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e responsabilização pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados;
- 9.1.5. Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 9.1.6. Que tem ciência e concordância com o Edital e suas condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 9.1.7. Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal/88;
- 9.1.8. Que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 11º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- 9.2. Declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital;
- 9.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021;
- 9.4. O fornecedor enquadrado como ME/EPP/MEI/COOP deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

10. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL:

- 10.1. A PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL deverá explicitar no campo “VALOR UNITÁRIO” e “VALOR GLOBAL”, o(s) preço(s) referente(s) ao(s) serviço(s), incluídos todos os custos diretos e indiretos, em conformidade com as especificações deste Edital. Os campos “unidade”, “quantidade” e “descrição detalhada do objeto ofertado” deverão ser preenchidos;
- 10.1.1. Ao preencher as especificações, será declarada desclassificada a proposta que identifique o licitante;
- 10.1.2. Quando da “alimentação” da proposta no Sistema, será vedada a identificação da empresa licitante, por qualquer meio ou forma;
- 10.1.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.
- 10.2. A PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL deverá ser anexada na plataforma, redigida em Língua Portuguesa, em linguagem clara e concisa, sem entrelinhas, com as especificações técnicas, unidade, quantitativo, valor unitário e total, nos termos do “ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA” deste Edital;
- 10.2.1. Somente a proposta de preços indicada no subitem 10.2 poderá ser identificada;
- 10.2.2. O prazo de validade deverá ser não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sua emissão. Se por falha do Licitante a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias independentemente de qualquer outra manifestação;
- 10.2.3. Deverá constar na proposta inicial a DECLARAÇÃO de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, em conformidade com o art. 63, § 1º da Lei federal nº 14.133/2021;

10.2.4. O licitante deve respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

10.2.5. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma eletrônica, deverá ser considerado o descritivo do Edital;

10.2.6. A falsidade da declaração de que trata os itens anteriores, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

10.3. A empresa licitante deverá encaminhar, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do Sistema:

10.3.1. PROPOSTA DE PREÇOS (INICIAL);

10.3.2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO; e

10.3.3. DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DA DOCUMENTAÇÃO, DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES ADICIONAIS e DECLARAÇÃO DE QUALIDADE E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL;

10.3.3.1. Caso a empresa licitante deixe de anexar às referidas declarações, o Pregoeiro poderá solicitar que seja anexada, sem qualquer prejuízo.

10.4. O envio da PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL, acompanhada dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO/DECLARAÇÕES/OUTROS ocorrerá exclusivamente no SISTEMA LICITANET, por meio de chave de acesso e senha;

10.5. A empresa licitante deverá informar a condição de ME/EPP/MEI/COOP para fazer jus ao tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 e 155/2016 e Decretos 8.538/2015, 10.273/2020, ou cooperativa de que trata o artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, no ato do envio da proposta, por intermédio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico;

10.6. A empresa licitante poderá retirar ou substituir as propostas por elas apresentadas até minutos antes da abertura da sessão pública;

10.6.1. A PROPOSTA INICIAL ANEXADA ao sistema poderá constar os dados da empresa, uma vez que somente quando declarada encerrada a etapa de lances, todos terão conhecimento;

10.7. A empresa licitante DEVERÁ ofertar em sua proposta eletrônica o valor correspondente ao CAMPO “UNIDADE” solicitada no Edital. Se solicitar a unidade, ofertar a unidade; caixa, ofertar em caixa; pacote, ofertar em pacote. E assim por diante, sob pena de desclassificação;

10.8. A empresa licitante DEVERÁ ofertar em sua proposta eletrônica o quantitativo solicitado no Edital, sob pena de desclassificação;

10.9. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11. DA ABERTURA E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS:

11.1. Abertas as Propostas, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência;

11.1.1. Caso ocorra alguma desclassificação, deverá ser fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

11.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

- 11.1.3. Os preços deverão ser expressos em reais, com até 02 (duas) casas decimais em seus valores globais e unitários, inclusive em propostas de adequação, quando for o caso;
- 11.1.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas e somente estas participarão da etapa de lances;
- 11.1.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Pregoeiro e o licitante;
- 11.1.6. Na elaboração da proposta, o preço cotado poderá ultrapassar o limite máximo discriminado no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA. Entretanto, na fase de lances, o lance final deverá atingir preço inferior ou igual ao limite máximo constante do Termo de Referência; Caso não seja realizada a disputa de lances, a empresa licitante que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor inferior ou igual ao limite máximo acima especificado;
- 11.1.7. Os documentos que compõem a PROPOSTA DE PREÇOS e a HABILITAÇÃO da empresa licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento da disputa.

12. DA FASE DE LANCES:

- 12.1. O Pregoeiro dará início à etapa competitiva no horário previsto no preâmbulo, quando, então, a empresa licitante poderá encaminhar lances;
- 12.2. Aberta a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance a proposta (não identificada). Em seguida a empresa licitante poderá encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a empresa licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;
- 12.3. A empresa licitante poderá ofertar lances sucessivos, desde que inferiores ao seu último lance registrado no sistema, ainda que este seja maior que o menor lance já ofertado por outra empresa licitante;
- 12.4. Durante a sessão pública de disputa, a empresa licitante será informada, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao Pregoeiro nem aos demais participantes;
- 12.5. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “**ABERTO**”, em que as empresas licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos;
- 12.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos minutos do período de disputa;
- 12.7. Após o término dos prazos estabelecidos, o sistema ordenará os lances seguindo a ORDEM CRESCENTE DE VALORES;
- 12.8. No caso de desconexão entre o Pregoeiro e o sistema no decorrer da etapa competitiva, o sistema poderá permanecer acessível à recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sem prejuízos dos atos realizados;
- 12.9. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a SESSÃO SERÁ SUSPensa, sendo reiniciada somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes, através de mensagem no sistema, divulgando data e hora da reabertura da sessão, no INTERVALO MÍNIMO DE 24h (vinte e quatro horas) PARA O REINÍCIO DA SESSÃO;
- 12.10. Após o encerramento dos lances, o sistema detectará a existência de situação de empate ficto. Em cumprimento ao que determina a Lei Complementar nº 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 e 155/2016 e Decretos 8.538/2015, 10.273/2020, a ME/EPP/COOP que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 e que ofertou lance de até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço da arrematante que não se enquadre nessa situação de empate, será convocada pelo Pregoeiro, na sala de disputa, para, no prazo de até 05

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

(cinco) minutos, utilizando-se do direito de preferência, ofertar novo lance inferior ao melhor lance registrado, sob pena de preclusão;

12.11. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta;

12.12. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação;

12.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances);

12.14. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

12.14.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

12.14.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

12.14.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

12.14.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

12.15. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

12.15.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

12.15.2. Empresas brasileiras;

12.15.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

12.15.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

12.16. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta a empresa licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital;

12.17. A partir da sua convocação, o (a) arrematante deverá:

12.17.1. Encaminhar via sistema, no prazo de 2h (duas horas), contadas a partir da sua convocação, a proposta de preços (REALINHADA) com os respectivos valores readequados ao último lance ofertado.

12.18. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação da empresa licitante, observado o disposto neste Edital;

12.19. A empresa licitante não poderá cotar proposta com quantitativos dos ITENS inferiores ao determinado no Edital, cabendo o Pregoeiro recusar a proposta ofertada;

12.20. A empresa licitante declarará que se compromete a fornecer informações adicionais, solicitadas pelo Pregoeiro, como: laudos técnicos de análises do produto, catálogos, e outros, a qualquer tempo e/ou fase do processo licitatório, com finalidade de dirimir dúvida e instruir as decisões relativas ao julgamento;

12.21. O preço global proposto deverá atender à totalidade da quantidade exigida, não sendo aceitas as que contemplem apenas parte da execução do objeto;

12.22. A empresa licitante deverá evitar que os valores globais extrapolem o número de 02 (duas) casas decimais após a vírgula. Caso isto ocorra, o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto realizando arredondamentos a menor no valor cotado;

12.23. Nos preços propostos já estarão incluídas as despesas referentes a frete, tributos, encargos sociais e todos os demais ônus atinentes à entrega do produto/execução do objeto;

12.24. Na elaboração da proposta final, os preços (unitário e global) cotados não poderão ultrapassar o limite máximo discriminado no Termo de Referência, presentes nos autos do processo em epígrafe;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

12.25. No caso de a empresa licitante ser cooperativa que executará (entregará) o objeto da licitação através de empregados, a mesma gozará dos privilégios fiscais e previdenciários pertinente ao regime das cooperativas, devendo a proposta apresentar exequibilidade no aspecto tributário e sujeitar-se ao mesmo regime de qualquer outro agente econômico;

12.26. Após a apresentação da proposta não caberá desistência.

13. DO JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

13.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Sistema de Cadastramento de fornecedor (se houver);

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

13.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992 (independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato);

13.3. Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o Agente de Contratação/Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

13.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

13.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação;

13.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

13.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação;

13.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste Edital que tratam do assunto;

13.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022;

13.7. Será declarada DECLASSIFICADA a proposta vencedora que:

13.7.1. Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

13.7.1.1. Considera-se inexequível a proposta de preço que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria empresa licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

13.7.1.2. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do art. 59 da Lei

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

14.133/2021, se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares.

13.7.2. Apresentar condições ilegais, omissas, ou conflitos com as exigências deste Edital;

13.7.3. Apresentar indícios de identificação da empresa licitante, no caso da proposta eletrônica;

13.7.4. Contiver vícios insanáveis;

13.7.5. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

13.7.6. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

13.7.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema.

14. DA HABILITAÇÃO:

14.1. A empresa licitante, na condição de cadastrada no SISTEMA LICITANET, obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, que até a presente data INEXISTEM FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS PARA SUA HABILITAÇÃO no presente certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

14.2. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO poderão ser apresentados de maneira individual e avulsa, no sistema, para comprovar a regularidade e habilitação, nos termos das exigências dos artigos 62 a 70 da Lei 14.133/21;

14.3. A empresa licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar os documentos de habilitação da mesma sede e igualdade de CNPJ, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais, ou aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação;

14.4. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições;

14.5. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via Internet, terá sua autenticidade verificada pelo Pregoeiro;

14.6. Caso haja documento redigido em idioma estrangeiro, o mesmo somente será considerado se acompanhado da versão em português, firmada por tradutor juramentado;

14.7. O documento apresentado deverá estar dentro do prazo de validade. Na hipótese de no documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua emissão;

14.8. A empresa licitante deverá apresentar na plataforma todos os documentos relacionados neste Edital;

14.9. É dever da empresa licitante atualizar previamente os documentos para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública;

14.10. Se a LICITANTE CLASSIFICADA em primeiro lugar não atender às exigências habilitatórias, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora;

14.11. Para fins de HABILITAÇÃO, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, constitui meio legal de prova;

14.12. Verificado o atendimento de todas as exigências contidas neste Edital e nos seus Anexos, a licitante será DECLARADA VENCEDORA do certame.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

14.13. A HABILITAÇÃO JURÍDICA deverá ser comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

14.13.1. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso de a empresa licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz;

14.13.2. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso de a empresa licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz;

14.13.3. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

14.13.4. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores em se tratando de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI;

14.13.5. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DA FILIAL, SUCURSAL OU AGÊNCIA DA SOCIEDADE SIMPLES OU EMPRESÁRIA, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz em se tratando de Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária.

Observação: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e dos documentos de seus respectivos administradores.

DA REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E SOCIAL:

14.14. A REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E SOCIAL deverá ser comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

14.14.1. PROVA DE INSCRIÇÃO no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) com situação ativa;

14.14.2. PROVA DE REGULARIDADE com a FAZENDA FEDERAL através de CERTIDÃO DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO (NEGATIVA OU POSITIVA COM EFEITO NEGATIVA) expedida pela Secretaria da Receita Federal, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal nº 8.212/1991;

14.14.3. PROVA DE REGULARIDADE para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede da empresa licitante, através da CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL (NEGATIVA OU POSITIVA COM EFEITO NEGATIVA) expedido pela Secretaria da Fazenda Estadual;

14.14.4. PROVA DE REGULARIDADE para com a FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede da empresa licitante, através de CERTIDÃO DE DÉBITOS FISCAIS (NEGATIVA OU POSITIVA COM EFEITO NEGATIVA) expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal sede da empresa licitante;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

14.14.4.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

14.14.5. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS) OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial da empresa licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal;

14.14.6. PROVA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, fornecida pelo TST - Tribunal Superior do Trabalho, com prazo de validade em vigor, nos termos do art. 642-A da CLT c/c o §1º do art. 63 da Lei nº 14.133/21 (Certidão Negativa e/ou positiva com efeito de negativa);

14.14.7. PROVA DE INSCRIÇÃO no Cadastro de Contribuintes do Estado ou Município (se houver), relativo ao domicílio ou sede da empresa licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.14.8. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, do art. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, mediante documento firmado pelo interessado ou seu representante legal, em que declare, sob as penas da lei, que não emprega mão de obra que constitua violação ao disposto naquele preceito constitucional;

14.14.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja ME/EPP, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação;

14.14.10. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

14.14.11. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

14.15. A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA deverá ser comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

14.15.1. CERTIDÃO (ÕES) OU ATESTADO (S) - Comprovação de aptidão para o objeto ora licitado de itens similares e equivalentes ao objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por Pessoa Jurídica de direito público ou privado;

14.15.2. ATESTADO (S) - Apresentação de um ou mais atestado (s) fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que a empresa licitante executou ou está executando, de maneira satisfatória e a contento, produtos da mesma natureza ou similares com o objeto da presente licitação;

14.15.3. No (s) referido (s) atestado deverá (ão), obrigatoriamente, constar a razão social/CNPJ/endereço/contato/nome e cargo de quem o emitiu;

14.15.4. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial ou pelo próprio concorrente;

14.15.5. Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com o art. 64, da Lei 14.133/21;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

- 14.15.6. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;
- 14.15.7. As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados;
- 14.15.8. Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital;
- 14.15.9. A licitante deverá fornecer informações detalhadas do produto e/ou catálogo técnico complementar do produto cotado, QUANDO SOLICITADO PELO ÓRGÃO DEMANDANTE, responsável pelo parecer técnico, dentro do prazo que for determinado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro;
- 14.15.10. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;
- 14.15.11. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

14.15.12. A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA deverá ser comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

14.15.13. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo, 30 (trinta) dias, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.

14.15.14. As empresas que apresentarem certidão positiva de RECUPERAÇÃO JUDICIAL poderão participar desta licitação desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública;

14.15.15. O fato de o licitante encontrar-se em situação de Recuperação Judicial não o exime de comprovar sua qualificação econômico-financeira, pela apresentação de índices ou comprovação de Capital Social/Patrimônio Líquido mínimo, na forma exigida neste instrumento.

14.15.16. CÓPIAS DAS FOLHAS DO LIVRO DIÁRIO - BALANÇO PATRIMONIAL, relativo aos **02 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente registrado no órgão competente e apresentado na forma da Lei + CRC vigente do contabilista responsável**, onde se encontrem transcritos:

- a) Termo de Abertura;
- b) Termo de Encerramento;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração de Resultado do Exercício.

14.15.17. A boa situação financeira da licitante será verificada pela comissão com base nos documentos apresentados conforme o item anterior, nos seguintes moldes:

I. O Índice de Liquidez Corrente (ILC) é o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, conforme abaixo:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

II. O Índice de Liquidez Geral (ILG), correspondente ao quociente da soma do Ativo Circulante com Realizável em Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível em Longo Prazo, conforme abaixo:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável em Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível em Longo Prazo}}$$

III. O Índice de Solvência Geral (ISG), correspondente ao quociente do Ativo Total pela soma do Passivo Circulante com o Exigível em Longo Prazo, conforme abaixo:

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível em Longo Prazo}}$$

14.15.18. Será habilitada a empresa que apresentar:

I. Índice de Liquidez Corrente (ILC) - igual ou maior que 1,0;

II. Índice de Liquidez Geral (ILG) - igual ou maior que 1,0;

III. Índice de Solvência Geral (ISG) - igual ou maior que 1,0;

14.15.19. As empresas que apresentarem resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices estabelecidos no item anterior, deverão comprovar Capital Social ou Patrimônio Líquido, no mínimo de 10% da soma dos valores ESTIMADOS dos itens/lotos arrematados;

14.15.20. Excepcionalmente, para as empresas criadas no exercício financeiro desta licitação, fica autorizado a substituição dos demonstrativos contábeis, pelo balanço de abertura, e no caso de ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, deverá ser apresentado o balanço patrimonial do último exercício social;

14.15.21. Os índices serão apurados sobre dados do balanço do último exercício social, e as demais informações do balanço do exercício imediatamente anterior, serão tratados apenas como informações adicionais e comparativas;

14.15.22. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, poderão ser apresentados de forma cumulativa, quando a informação do último exercício, constar os dois períodos;

14.15.23. Comprovante de possuir Capital Social, na data da entrega dos envelopes, na proporção mínima de 10% (dez por cento) do valor estimado para a licitação (admitida à atualização para esta data através do INPC), valor este estabelecido de acordo com o § 4º, do artigo 69 da Lei 14.133/2021, comprovação esta que deverá ser feita através de Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado de Pernambuco, ou Estado onde a empresa for sediada (ou de registro de títulos, na hipótese de sociedade civis), emitida em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data do certame;

14.15.24. O balanço emitido via Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital - Sped Fiscal será aceito devidamente autenticado, mediante recibo de entrega emitido pelo próprio sistema, conforme autoriza o art. 78-A, §1º e §2º do Decreto nº 1.800/1996, alterado pelo Decreto nº 8.683/2016.

DISPOSIÇÕES FINAIS ACERCA DA HABILITAÇÃO:

14.15.25. Caso as certidões expedidas pela Fazenda Estadual e Municipal, quando exigidas, não tragam consignados os respectivos prazos de validade, e estes não sejam do nosso conhecimento, o

**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026**

Agente de Contratação/Pregoeiro considerará como máximos, o prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de emissão;

14.15.26. A confirmação da veracidade das certidões emitidas pela internet, apresentadas pelos licitantes, será feita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro e/ou Membros da Equipe de Apoio, através dos respectivos sites;

14.15.27. O Agente de Contratação/Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

14.15.28. É facultado ao Agente de Contratação/Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo;

14.15.29. Será declarada INABILITADA a empresa licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos de habilitação acima exigidos ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste instrumento convocatório;

14.15.30. A empresa licitante, ao anexar seus documentos de habilitação no sistema, deverá fazê-lo de forma ordenada e identificada (nomear cada pasta, cada documento, individualmente), seguindo a ordem do Edital, facilitando consideravelmente a sua análise por parte do Pregoeiro.

15. DA PROPOSTA VENCEDORA/FINAL:

15.1. A proposta final, quando solicitada, deverá ser encaminhada no sistema eletrônico, com prazo mínimo indicado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro;

15.1.1. Deve ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal. Deverá ainda, contar as declarações da proposta inicial;

15.1.2. Apresentar a planilha de custos e formação de preços, quando houver, devidamente ajustada ao lance vencedor;

15.1.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

15.1.4. Após a fase de lances e de negociação, se o valor final de cada item for igual ou inferior a 50% do valor médio, inicialmente estimado, será solicitada a composição de preços, sob pena de desclassificação, caso o licitante não apresente tais composições dentro de prazo estabelecido dentro da própria sessão eletrônica;

15.1.5. A finalidade e o embasamento para a exigência do item anterior, é a busca pela garantia de uma execução contratual segura para a administração pública;

15.1.6. Em princípio, o não envio da proposta ajustada não ocasionará a desclassificação/inabilitação, exceto na ausência da PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO, quando houver a necessidade ou quando exigida pelo Agente/Pregoeiro;

15.1.7. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

16. DOS PROCEDIMENTOS E JULGAMENTO:

16.1. Será adotado como critério de julgamento o MENOR PREÇO, observado o estabelecido nas condições definidas neste Edital e o disposto no Termo de Referência que norteia a contratação, tomando-se como parâmetro, para tanto, o menor preço coletado, ou, na sequência, a média de preços, sempre buscando alcançar a maior vantagem;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

16.2. A disputa será realizada por ITEM, sendo os preços registrados em Ata e JULGADOS pelo MENOR PREÇO POR ITEM;

16.3. A proposta final não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração, sob pena de desclassificação, independentemente do valor total, devendo a empresa licitante readequar o valor do item aos valores constantes no Termo de Referência do Edital - ANEXO I;

16.4. Na fase de lances, o lance final deverá atingir preço inferior ou igual ao limite máximo constante daquele Termo de Referência; Caso não seja realizada a disputa de lances, a empresa licitante que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor inferior ou igual ao limite máximo do referido Anexo I - Termo de Referência deste Edital;

16.5. Se a proposta de MENOR PREÇO não for aceitável, ou, ainda, se a empresa licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando sua compatibilidade e a habilitação da participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital;

16.6. A empresa licitante remanescente que esteja enquadrada no percentual estabelecido no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006, no dia e hora designados pelo Pregoeiro, será convocada na ordem de classificação, no “chat de mensagem”, para ofertar novo lance inferior ao melhor lance registrado no ITEM, para, no prazo de 05 (cinco) minutos, utilizar-se do direito de preferência;

16.7. O Pregoeiro ou a Autoridade Superior poderá pedir esclarecimentos e promover diligências, em qualquer fase da licitação e SEMPRE QUE JULGAR NECESSÁRIO, fixando prazos para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo;

16.8. Após a definição do resultado do julgamento, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a LICITANTE VENCEDORA, no sentido de se obter o melhor preço para a Administração (art. 61 da Lei Federal nº 14.133/2021).

17. DA INTENÇÃO DE RECURSO E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

17.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido em sessão pública, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação/inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua INTENÇÃO DE RECORRER, sob pena de preclusão, conforme a Instrução Normativa SEGES/ME Nº 073/2022;

17.1.1. A INTENÇÃO DE RECORRER deverá ser registrada no sistema em até 10 (dez) minutos, conforme a Instrução Normativa SEGES/ME nº 073/2022;

17.1.2. A falta de manifestação da INTENÇÃO RECURSAL, no prazo indicado no subitem 17.1.1, importará na preclusão e a adjudicação do objeto à empresa licitante declarada vencedora.

17.2. As razões do RECURSO deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou da lavratura da ata da fase de habilitação;

17.2.1. Os demais licitantes ficam desde logo, intimados a apresentarem contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

17.2.2. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico;

17.2.3. O RECURSO terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

17.3. As razões do recurso serão dirigidas ao Agente de Contratação/Pregoeiro, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

17.4. A decisão dos recursos deverá ser divulgada na plataforma do sistema eletrônico;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

17.5. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente;

17.6. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à empresa licitante vencedora;

17.7. Verificada a regularidade dos procedimentos, o Agente de Contratação/Pregoeiro encaminhará o processo à autoridade competente para a adjudicação e homologação.

18. DA REABERTURA DA SESSÃO:

18.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

18.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

18.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

18.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

18.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (DISPARO DE AVISO), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO:

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação ficarão a cargo da autoridade competente;

19.2. O titular da secretaria/órgão demandante desta licitação se reserva o direito de não homologar ou revogar o presente processo por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação escrita;

19.3. O Sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

20. DA FORMALIZAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO:

20.1. Homologado o resultado da licitação, a SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da convocação, proceder à assinatura do contrato, o qual, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas;

20.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome.

20.2. Antes da assinatura do Contrato e/ou da emissão da Nota de Empenho, será realizado consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação;

20.3. No caso da empresa licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar o Contrato, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus Anexos, poderá ser convocada outra empresa licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, assinar o Contrato;

20.4. Quando a empresa declarada vencedora não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste Edital, ou recusar-se a assinar o Contrato, poderá ser convidado outra empresa licitante pelo

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Pregoeiro, desde que respeitada à ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o Contrato;

20.5. As condições de execução constam do Edital, da minuta do contrato, e todos os Anexos, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

21. DA ENTREGA, ACEITAÇÃO, RECEBIMENTO E GARANTIA DO OBJETO:

21.1. O prazo de fornecimento dos produtos é de até no máximo 10 (dez) dias corridos, após a solicitação oficial, através da ordem de compra;

21.2. Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, de acordo com Aviso de Fornecimento (AF) da Secretaria de Administração, Gestão e Patrimônio, em dias úteis, no período das 08:00 às 13:00 horas. Lembrando que o dia e horário da entrega deverão ser previamente agendados com o responsável pelo Setor de Compras;

21.3. Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado, localizado na Sede da Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome, na Rua Coelho Rodrigues 275, Centro, Araripina-PE;

21.4. Os produtos deverão ser entregues acondicionados adequadamente e estar acompanhados da nota fiscal correspondente, devidamente preenchida;

21.5. Todo o material terá prazo de validade indeterminado, que varia de acordo com a forma de conservação e uso;

21.6. No caso de ocorrência de motivo de força maior que venha a impossibilitar o cumprimento do prazo de entrega informado na proposta, a contratada deverá comunicar a Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome por escrito tal ocorrência, indicando a data em que efetivará a entrega, não podendo o adiamento da entrega ser superior ao prazo original;

21.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

22. DAS VIGÊNCIAS E DO REAJUSTE:

22.1. A (s) Ata (s) de Registro de Preços resultante (s) deste certame terá (ão) vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura;

22.2. A vigência dos contratos decorrentes desta (s) Ata (s) respeitará (ão) o limite dos créditos orçamentários, nos termos do disposto na Lei nº 14.133/2021, com vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. Após essa data, poderá ser utilizada a dotação orçamentária do ano subsequente, desde que seja interesse das partes;

22.3. Conforme permissivo constante na Lei nº 14.133/2021, a Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na contratação, até 25% do valor inicial atualizado, facultada a supressão além de 25%, mediante acordo celebrado entre as partes;

22.4. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, ressalvados os casos de supressões estabelecidas mediante acordo entre as partes, conforme previsão da Lei nº 14.133/2021.

23. DO PAGAMENTO:

23.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de crédito em conta corrente em qualquer instituição bancária indicada pela CONTRATADA, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestado o recebimento por setor técnico competente, comprovando o recebimento do objeto deste certame;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

23.2. Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos de frete, inclusive quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato;

23.3. O pagamento será efetuado através de ordem bancária a favor da instituição bancária indicada pela CONTRATADA;

23.4. A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E COMBATE À FOME, reserva-se no direito de suspender o pagamento se o objeto for entregue em desacordo com as especificações constantes neste Edital e/ou Termo de Referência;

23.5. Antes do pagamento, a Contratante verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade das certidões nos sites oficiais, especialmente quanto à regularidade fiscal e trabalhista, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento;

23.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

23.7. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

23.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva do CONTRATANTE, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida pela Prefeitura Municipal de Araripina/PE, entre a data referida no item 23.1 e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \times I = \frac{(6/100)}{365} \times I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

24. DA FISCALIZAÇÃO/GESTÃO CONTRATUAL:

24.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

24.2. Fiscalização Técnica:

I - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

II - O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117);

III - Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

IV - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

VI - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;

VII - O Contrato será fiscalizado pela servidora **SINTHYA RAQUEL LACERDA FERREIRA, Portadora do CPF: 083.821.264-64, Portaria nº 866/2025 – Matrícula nº 8737.**

24.3. Gestor do Contrato:

I - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

II - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

III - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

IV - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

V - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

VI - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

VII - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de pagamentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;

VIII - O Gestor do Contrato será a servidora **SANDRA MARIA ALENCAR, Gerente do Trabalho e Educação Permanente, Portadora do CPF: 716.408.604-44, Portaria nº 555/2025 – Matrícula nº 95201.**

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

25.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/contratado que:

I. Der causa à inexecução parcial do contrato;

II. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. Der causa à inexecução total do contrato;

IV. Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. Praticar atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 25.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 25.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- 25.2.2. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a VII acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- 25.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XII, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei);
- 25.2.4. Multa:
- 25.2.4.1. Compensatória, para as infrações descritas nos incisos VIII a XI acima, de 1% a 5% do valor do contrato;
- 25.2.4.2. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no inciso III acima, a multa será de 1% a 30% do valor do contrato;
- 25.2.4.3. Para infração descrita no inciso II acima, a multa será de 1% a 20% do valor do contrato;
- 25.2.4.4. Para infrações descritas nos incisos IV a VII, a multa será de 1% a 10% do valor do contrato;
- 25.2.4.5. Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias;
- 25.2.4.6. Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- 25.2.4.7. Os valores das multas aplicadas deverão ser recolhidos à conta do Município de Araripina/PE, através de Guia de Recolhimento fornecida pela Secretaria Municipal de Tributos, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a administração da PMA reter o valor correspondente de pagamento futuros devidos à CONTRATADA, ou ainda cobrá-las judicialmente, segundo a Lei 6.830/80, com os encargos correspondentes.
- 25.3. O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza o Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 25.4. A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021);
- 25.5. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021);
- 25.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021);
- 25.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021);

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

25.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

25.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

25.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

25.10.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

25.10.2. As peculiaridades do caso concreto;

25.10.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

25.10.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

25.10.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

25.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021);

25.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021);

25.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133/2021);

25.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

26. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

26.1. Os PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS referentes ao Edital deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas, exclusivamente por meio eletrônico, na plataforma;

26.1.1. Ainda, poderá ser por meio do e-mail cpl@araripina.pe.gov.br ou na sede da Prefeitura (Rua Coelho Rodrigues, nº 174, Centro, 1º andar), informando o número do pregão e objeto;

26.1.2. Além de informar o CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, ou CPF, se pessoa física, e disponibilizando as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

26.2. Os esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro, com auxílio da área interessada, por intermédio da autoridade competente, no prazo de 03 (três) dias úteis, por meio de e-mail àqueles que enviaram solicitações;

26.3. Qualquer pessoa poderá IMPUGNAR os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

- 26.3.1. Ainda, poderá ser por meio do e-mail cpl@araripina.pe.gov.br ou na sede da Prefeitura (Rua Coelho Rodrigues, nº 174, Centro, 1º andar), informando o número do pregão e objeto;
- 26.3.2. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não legitimado legalmente, exceto se tratar de matéria de ordem pública;
- 26.3.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela área interessada, e, quando for o caso, enviar a petição de impugnação para que a autoridade competente tome conhecimento, decidindo o Pregoeiro sobre a mesma no prazo de 03 (três) dias úteis;
- 26.3.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada aos interessados e será designada nova data para a realização do certame, exceto se a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.
- 26.4. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão;
- 26.5. As respostas às impugnações e pedidos de esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e as empresa licitantes;
- 26.6. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.

27. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 27.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre empresas licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação;
- 27.2. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração revogá-la, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021;
- 27.2.1. A anulação do Pregão induz à do contrato;
- 27.2.2. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato;
- 27.3. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;
- 27.4. O descumprimento de prazos estabelecidos neste Edital e/ou pelo Pregoeiro junto ao sistema, ou o não atendimento às solicitações/determinações, ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO;
- 27.5. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida à empresa licitante, ainda que se trate de originais;
- 27.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste Edital se iniciam e se vencem somente em dias úteis;
- 27.7. As empresas licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

- 27.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará no afastamento da empresa licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;
- 27.9. Caberá à empresa licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- 27.10. O Pregoeiro poderá sanar erros formais que não acarretem prejuízos para o objeto da licitação, para a administração e empresa licitantes, dentre estes, os decorrentes de operações aritméticas;
- 27.11. Todas e quaisquer comunicações com o Pregoeiro dar-se-ão exclusivamente por meio do sistema, no endereço constante neste Edital ou via e-mail cpl@araripina.pe.gov.br;
- 27.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos e limites da legislação pertinente;
- 27.13. A empresa licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;
- 27.14. Incumbirá à empresa licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- 27.15. No julgamento das PROPOSTAS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;
- 27.16. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;
- 27.17. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

28. DOS ANEXOS:

28.1. Constituem ANEXOS deste Edital, dele fazendo parte:

- ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA; **SERÁ DISPONIBILIZADO SEPARADAMENTE**
- ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
- ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE EMPREGADO MENOR;
- ANEXO IV - MODELO DA DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS;
- ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES ADICIONAIS;
- ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUALIDADE E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL;
- ANEXO VII - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO.

Araripina/PE, XX de abril de 2026.

FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO - PORTARIA Nº 159/2025

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Selecionar proposta para a Formação de Registro de Preços para aquisição de mobiliário, visando atender às necessidades das unidades vinculadas a Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome de Araripina-PE, conforme especificações constantes no Termo de Referência.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.4. PLANILHA ESTIMATIVA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MESA SECRETARIA 1,20MM COM TAMPO EM MDP-BP 15MM COM GAVETEIRO AEREO 02 GAVETAS C/ PUXADORES DE SOBREPOR PRATA, FECHADURA TIPO YALE C/02 CHAVES, SAPATAS NIVELADORAS E PINTURA ELETROSTATICA A PÓ, NA COR CINZA	UNID	6	R\$ 395,52	R\$ 2.373,12
2	CADEIRA SECRETARIA GIRATORIA S/ BRAÇOS REGULARES DE ALTURA, BASE A GAS, ESTRUTURA C/ TUBO DEM AÇO MADEIRA COMPENSADA, REVESTIDA DE ESPUMA INJETADA; PÉS: BASE EM NYLON 28,5 CM. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO SEM EMBALAGEM (AXLXD) 53X27X51CM	UNID	10	R\$ 314,37	R\$ 3.143,70
3	ARMARIO ALTO 02 PORTAS MELAMINICO 15M MDP-BP COM DROBADIÇAS INTERNAS, POSSUI 02 PRATELEIRAS MÓVEIS E 01 FIXA. FECHADURA TIPO YALE COM 02 CHAVES E SAPATAS NIVELADORAS. DIMENSÃO: 158ALT X 89LARG X 38PROF	UNID	6	R\$ 592,21	R\$ 3.553,26
4	CADEIRA PLASTICA TIPO SOL DASLA BRISTO 793 SEM BRAÇO NA COR BRANCA.	UNID	100	R\$ 39,62	R\$ 3.962,00
5	ESTANTE DE AÇO DESMONTAVEL COM 06 PRATELEIRAS, DOBRAS DUPLAS NAS LATERAIS E DOBRAS TRIPLAS NAS FRONTAIS E POSTERIORES, 04 COLUNAS EM	UNID	10	R\$ 264,60	R\$ 2.646,00

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

	PERFIL L DE 30X30, 04 SAPATAS PLASTICAS. COR: CINZA				
6	TENDA PIRAMIDAL COM ESTRUTURA EM FERRO TUBULAR COM ESPESSURA DE 3", COM TRATAMENTO DE FERRUGEM, COM PARTES UNIDAS POR ENCAIXE E FIXADAS POR PARAFUSOS, 05X05X2,5, LONA DE COBERTURA DE PVC IMPERMEAVEL, COM EMENDAS VULCANIZADAS 05X05M E BOLSA PARA ACONDICIONAR A LONA. TENDA PIRAMIDAL COM ESTRUTURA EM FERRO TUBULAR COM ESPESSURA DE 3, COM TRATAMENTO DE FERRUGEM, COM PARTES UNIDAS POR ENCAIXE E FIXADAS POR PARAFUSOS, 05X05X2,5, LONA DE COBERTURA DE PVC IMPERMEAVEL, COM EMENDAS VULCANIZADAS 05X05M E BOLSA PARA ACONDICIONAR A LONA.	UNID	2	R\$ 4.625,00	R\$ 9.250,00
7	LONGARINAS 03 LUGARES EM POLIPROPILENO INJETADO, PÉS EM TRAPEZIO 35010 CR, MEDINDO 1,53X81X51	UNID	10	R\$ 252,43	R\$ 2.524,30
8	LONGARINAS 04 LUGARES EM POLIPROPILENO INJETADO, PÉS EM TRAPEZIO 35010 CR, ALTURA TOTAL ENTRE 750-850 MM, LARGURA TOTAL ENTRE 2000-2500MM, LARGURA DO ASSENTO INDIVIDUAL ENTRE 400-660MM.	UNID	6	R\$ 560,71	R\$ 3.364,26
9	MESA PARA REUNIÃO EM MADEIRA 25MM, MEDINDO 240X1,10 BORDAS EM PERFIL DE ABS, PÉS PAINEL 390457	UNID	1	R\$ 923,33	R\$ 923,33
10	BALÇÃO RECEPÇÃO EM L, MEDINDO 1,40X1,40X0,60X1,10 MDP 25MM REVESTIMENTO EM MELAMINICO COM BORDAS DE PERFIL EM ABS.	UNID	2	R\$ 1.268,33	R\$ 2.536,66
11	BALCÃO RECEPÇÃO RETO, MEDINDO 2,00M, SENDO 1M COM	UNID	3	R\$ 1.323,50	R\$ 3.970,50

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

	ALTURA DE 1,10/1,00M COM ALTURA DE 0,74M EM MADEIRA COM ESPESSURA DE 25MM, REVESTIDO EM MELAMINICO COM BORDAS EM ABS.				
12	ARMARIO DE AÇO SUSPENSO COM 03 PORTAS 3 E 3 PRATELEIRAS, REVESTIDO EM COM PINTURA ELETROSTATICA A PÓ, COM DIMENSÕES 52,5CM (A) X 105,0 CM (L) X 28,30CM (P), BRANCO.	UNID	6	R\$ 479,75	R\$ 2.878,50
13	ARMARIO MULTIUSO 02 PORTAS COM 04 PRATELEIRAS COM PUXADORES EM ABS CROMADO E PÉS INCLUSO, MATERIAL EM MDP DE 15MM, ACABAMENTO EM PINTURA IMPRESSÃO UV, SUPORTA ATÉ 8KG POR PRATELEIRAS, DIMENSÕES 54CM (L) X 1,60 (A) X 33,5 (P)	UNID	5	R\$ 475,80	R\$ 2.379,00
14	ARMARIO DE AÇO COM 2 PORTAS COM CHAVE, ESTRUTURA DO TAMPO EM CHAPA #24, ESTRUTURA DO CORPO, PORTAS E PRATELEIRAS EM AÇO CHAPA #26, PRATELEIRAS INTERNAS COM POSSIBILIDADE DE REGULAR ALTURA, PORTAS E PRATELEIRAS COM REFORÇO INTERNO, CONTEM 4 PRATELEIRAS (1 FIXA E 3 REGULARES), PUXADOR ESTAMPADO NA FRENTE DA PORTA COM PERFIL PVC , FECHADURA CILINDRICA TIPO YALE COM 02 CHAVES, TRAVAMENTO DA PORTA NA PRATELEIRA FIXA CENTRAL, ACOMPANHA KIT, PÉ REGULAVEL, PITURA ELETROSTATICA A PÓ (TINTA HIBRIDA)TODAS AS CORES COM AS SEGUINTE MEDIDAS 1,95M DE ALTURA, 0,80M DE LARGURA E 0,40 DE PROFUNDIDADE.	UNID	4	R\$ 762,22	R\$ 3.048,88
15	MESA LATERAL QUADRADA, TAMPO E FECHAMENTO	UNID	4	R\$ 700,30	R\$ 2.801,20

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

	LATERAIS EXECUTADO EM MDF COM ESPESURA DE 25MM (45°) PÉS EM MADEIRA MACIÇA DE PINUS, COM AS SEGUINTE MEDIDA, LARGURA 525MM, ALTURA 660MM E PROFUNDIDADE DE 525MM				
16	ARMARIO BAIXO 2 PORTAS, TAMPO E CORPO COFECCIONADOS EM MDP15MM, BORDAS ABS DE 1MM EM TODO O ARMARIO, BASE DO ARMÁRIO COM SAPATA REGULADORAS NA COR PRETA, FIXAÇÃO DE TODO O ARMARIO ATRAVÉS DO SISTEMA MINIFIX, MEDIDO LARGURA 80CM, ALTURA 1,59M E PROFUNDIDADE 90CM.	UNID	8	R\$ 388,39	R\$ 3.107,12
17	ARMARIO ALTO 2 PORTAS, TAMPO E CORPO CONFECCIONADOS EM MDP DE 15MM, BORDAS ABS DE 1MM E TODO O ARMARIO COM SAPATA REGULADORA NA COR PRETA, FIXAÇÃO DE TODO O ARMARIO ATRAVÉS DO SISTEMA MINIFIX, POSSUI 3 PRATELEIRAS, MEDINDAS LARGURA 80CM, ALTURA 1,59M E PROFUNDIDADE 42CM	UNID	6	R\$ 570,11	R\$ 3.420,66
18	MESA REUNIÃO RETANGULAR CONFECCIONADA EM MADEIRA MDP, ESTRUTURA EM CHAPA DE AÇO E PÉ TIPO H COM BASE EM TUBO OBLONGO COM SAPATA NIVELADORA, PARTES EM AÇO COM TRATAMENTO ANTI CORROSIVO, DIMENSÕES MEDIDAS LARGURA 2,0M, ALTURA 74CM, E PROFUNDIDADE 90CM	UNID	2	R\$ 1.032,20	R\$ 2.064,40
19	ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS PARA PASTA SUSPensa COM CHAVE, DESLIZAMENTO DAS GAVETAS POR CARRINHO TELESCOPICO, FRENTE DAS GAVETAS, TAMPO E RODAPÉ EM CHAPA#24, RESTANTE COFECCIONADA EM	UNID	2	R\$ 682,98	R\$ 1.365,96

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

	AÇO 26#, CHAVE YALE COM TRANCA SIMUTANEA, PÉS NIVELADORES, CAPACIDADE DE CARGA POR GAVETA 45KG, PUXADORES ESTAMPADOS, MEDINDO 1,34M DE ALTURA, 0,47M DE LARGURA E 0,67 DE PROFUNDIDADE.				
20	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA COM UMA LEVE CAMADA DE ESPUMA REVESTIDA NO VINIL COM POLIPROPILENO INJETADO, COM BRAÇOS, BASE GIRATORIA COM RODÍZIOS EM POLIURETANO.	UNID	10	R\$ 385,40	R\$ 3.854,00
21	CADEIRA FIXA ERGONOMICA COM ESTOFADO CADEIRA FIXA ERGONOMICA BASE TRAPEZIO NO AÇO CARBONO ESTOFADA REVESTIDA EM VINIL. CADEIRA FIXA BASE TRAPEZIO NO AÇO CARBONO ESTOFADA REVESTIDA EM VINIL.	UNID	10	R\$ 205,00	R\$ 2.050,00
22	CADEIRA FIXA TIPO LUNA EM POLIPROPILEN CADEIRA FIXA LUNA EM POLIPROPILEN, PRETA, SEM APOIO PARA OS BRAÇOS, SUPORTE DE ENCOSTO COM 2TUBOS DE AÇO CARBONO, DE FORMATO OBLONGO, ASSENTO E ENCOSTO CONFECCIONADOS EM POLIPROPILENO(PP), COM CAPACIDADEDE PESO RECOMENDADO ATÉ 110KG	UNID	10	R\$ 130,87	R\$ 1.308,70
23	CADEIRA GIRATÓRIA MODELO EXECUTIVA, COM REGULAGEM DE ALTURA, GÁS RELAX, COM BRAÇO, 5 PÉS COM RODÍZIOS DUPLOS, REFORÇADOS, COM CAPA PROTETORA (REVESTIDA EM CIMA DAS HASTES) E REVESTIMENTO DO PISTÃO, COM ESPUMA DE POLIURETANO INJETADA, COM DENSIDADE MÉDIA MÍNIMA 55 KG/M3 MOLDADA ANATOMICAMENTE COM ESPESSURA MÉDIA DE 70 MM, DIMENSÕES MÍNIMAS DO ASSENTO: 0,47 M LARG. X 0,42 M	UNID	2	R\$ 492,54	R\$ 985,08

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

	PROF., DIMENSÕES MÍNIMAS DO ENCOSTO: 44 LARG. X 35 ALT., REVESTIMENTO DO TECIDO 100% POLIÉSTER, ANTIALÉRGICO, TECIDO NA COR PRETA, AZUL OU CINZA (A SER DEFINIDO NO EMPENHO)				
24	CADEIRA GIRATÓRIA MODELO DIRETOR, COM REGULAGEM DE ALTURA, GÁS RELAX, COM BRAÇO, 5 PÉS COM RODÍZIOS DUPLOS, REFORÇADOS, COM CAPA PROTETORA (REVESTIDA EM CIMA DAS HASTES) E REVESTIMENTO DO PISTÃO, COM ESPUMA DE POLIURETANO INJETADA, COM DENSIDADE MÉDIA MÍNIMA 55 KG/M3 MOLDADA ANATOMICAMENTE COM ESPESSURA MÉDIA DE 70 MM, DIMENSÕES MÍNIMAS DO ASSENTO: 0,49 M LARG. X 0,49 M PROF., DIMENSÕES MÍNIMAS DO ENCOSTO: 46 LARG. X 47 ALT., REVESTIMENTO DO TECIDO 100% POLIÉSTER, ANTIALÉRGICO, TECIDO NA COR PRETA, AZUL OU CINZA (A SER DEFINIDO NO EMPENHO).	UNID	3	R\$ 489,78	R\$ 1.469,34
25	ARMÁRIO PARA VESTIÁRIO COM 06 PORTAS, COM VENTILAÇÃO, EM CHAPA DE AÇO MÍNIMO 22, COM PITÕES PARA CADEADO. MEDIDAS MÍNIMAS: P 0,40M X L 0,93M X A 1,97M.	UNID	3	R\$ 1.205,80	R\$ 3.617,40
26	ILHA DE TRABALHO COMPOSTA POR 04 (QUATRO) MESAS MEDIDAS MÍNIMAS: 1,40 X 1,40 X 0,60 X 0,74, TAMPOS EM LAMINADO MELAMÍNICO, ESPESSURA DO TAMPO MÍNIMO 25 MM, COM ACABAMENTO POST FORMING (BORDA DE 180° MACIÇA). PAINEL DIVISÓRIO EM CADA MESA COM 30 CM DE ALTURA A PARTIR DO TAMPO. COM GAVETEIRO FIXO 2 GAVETAS, MEDINDO MÍNIMO L 0,30 X C 0,40 X A 0,22M, EM	UNID	2	R\$ 3.584,55	R\$ 7.169,10

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

	LAMINADO MELAMÍNICO, FRENTE DAS GAVETAS E LATERAIS COM MÍNIMO 15 MM DE ESPESSURA, CORREDIÇAS METÁLICAS, CHAVES COM FECHAMENTO SIMULTÂNEO. COM PORTA CPU. PÉS FIXADOS SOB O TAMPO, TUBO SUPERIOR DA ESTRUTURA COM ESPESSURA MÍNIMA DE 2 MM, TUBO VERTICAL OBLONGO COM CANALETA PASSA-FIO REMOVÍVEL E TUBO TRANSVERSAL INFERIOR OBLONGO COM PONTEIRAS INJETADAS EM POLIÉSTER. SAIA ENTRE OS PÉS 15 MM DE ESPESSURA FIXADA COM PARAFUSOS. SAPATA COM REGULAGEM DE ALTURA. COR (A SER DEFINIDO NO EMPENHO)				
27	MESA COM GAVETEIRO FIXO DE 2 GAVETAS TAMPO EM MDF MÍNIMO 25 MM COM BORDAS ARREDONDADAS EM PVC; PÉS EM TUBO DE AÇO INDUSTRIAL. ENTRE ESTRUTURAS, SAIA DE MDF MÍNIMO 15 MM; GAVETEIRO CONFECCIONADO EM MDF MÍNIMO 15 MM COM CHAVE; CORREDIÇAS METÁLICAS NAS GAVETAS; DIMENSÕES MÍNIMAS MESAS: COMP. 1,20M / PROF. 0,60M / ALT. 0,75M, DIMENSÕES MÍNIMAS GAVETAS: COMP. 0,40M / PROF. 0,45M / ALT. 0,36M	UNID	2	R\$ 545,00	R\$ 1.090,00
28	MESA PARA IMPRESSORA, EM MDF MÍNIMO 15 MM, BORDA EM PVC FLEXÍVEL, PÉ OBLONGO 30X50, MEDIDAS MÍNIMAS: 60 CM LARG. X 40CM PROF. X 74CM ALT.	UNID	6	R\$ 426,71	R\$ 2.560,26
29	POLTRONA FIXA MODELO DIRETOR, REVESTIDO EM TECIDO NA COR (A SER DEFINIDO NO EMPENHO) GOMADA EM COSTURA HORIZONTAL, ASSENTO ENCOSTO ESPUMA INJETADA DE ALTA DENSIDADE E	UNID	10	R\$ 671,92	R\$ 6.719,20

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

	ANATÔMICA, BASE SKY TRAPÉZIO AÇO EM TUBO 7/8X1,20 PRETA PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI A PÓ, BRAÇO FIXO CORSA EM POLIURETANO E SUPORTE FIXAÇÃO DO ASSENTO E ENCOSTO POR LÂMINA DE AÇO SANFONADA, DESLIZADORES EM POLIPROPILENO				
30	ROUPEIRO EM AÇO; 04 COMPARTIMENTOS INDIVIDUAIS COM CABIDE E PORTA COM FECHADURA E SUPORTE PARA ETIQUETA; COM PÉS NIVELADORES; AÇO 26 NO MÍNIMO; DIMENSÕES EXTERNAS MÍNIMAS: ALT. 193CM; LARG. 62,5CM, PROF. 42CM. DIMENSÕES INTERNAS MÍNIMAS: ALT. 86CM; LARG. 24CM; PROF. 40CM.	UNID	2	R\$ 1.777,78	R\$ 3.555,56
31	MESA DE REUNIÃO OVAL, NA COR (A SER DEFINIDO NO EMPENHO), DIMENSÕES MÍNIMAS: 2000X1000X740 MM, TAMPO: MDP MÍNIMO 25MM, BORDA C/ FITA PVC 2MM. ESTRUTURA: METÁLICA, BASE C/ TUBO OBLONGO E VERTICAIS C/ TUBO OBLONGULAR PONTEIRAS EM PVC RÍGIDO, SAPATAS NIVELADORAS EM NYLON.	UNID	2	R\$ 1.180,00	R\$ 2.360,00
32	MESA DE REUNIÃO REDONDA, NA COR CINZA CRISTAL OU PÉROLA (A SER DEFINIDO NO EMPENHO), DIMENSÕES MÍNIMAS: Ø120X740MM, TAMPO: MDP MÍNIMO 25MM, BORDA C/ FITA PVC 2MM. ESTRUTURA: METÁLICA, BASE COM TUBO OBLONGO E VERTICAIS COM TUBO OBLONGULAR PONTEIRAS EM PVC RÍGIDO, SAPATAS NIVELADORAS EM NYLON	UNID	2	R\$ 573,52	R\$ 1.147,04
33	MESA DE PLÁSTICO, MESA QUADRADA, EMPILHÁVEIS, SUPORTA ATÉ 140 KG, COM PROTEÇÃO UV, CONJUNTO MONOBLOCO, COR BRANCO,	UNID	25	R\$ 84,98	R\$ 2.124,50

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

	MEDIDA DA MESA: 70 X 70 X 70 CM, GARANTIA DE 12 MESES DO FABRICANTE, DEVERÁ POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, CONFORME NBR14776:2013.				
34	ARMÁRIO DE COZINHA, DE AÇO, COM 6 PORTAS, KIT TRIPLO, NAS MEDIDAS APROXIMADAS DE 1.200 MM (L) X 1.930 MM (A) X 520 MM (P), NA COR BRANCA	UNID	10	R\$ 1.085,97	R\$ 10.859,70
35	TENDA 3X6M TENDA GAZEBO SANFONADA ARTICULADA 3X6 COM LONA SINTÉTICA (PVC) + CAPA DE PROTEÇÃO PARA TRANSPORTE - ESTRUTURA DE AÇO ESPECIAL, TRATADO COM ZINCO PRATA A FRIO, COLUNA EM FORMATO QUADRADA 25X25MM E TRAVESSAS (TESOURAS) OVAIS 30X16MM, BASE DE APOIO DOS PÉS EM CHAPA DE AÇO CARBONO, COM FURO PARA FIXAÇÃO NO SOLO, QUATRO TRAVAS SUPERIORES DE SEGURANÇA DE AÇO TEMPERADO, PARA TRAVAMENTO QUANDO ABERTA, QUATRO TRAVAS DE AÇO TEMPERADO PARA REGULAGEM DA ALTURA. TENDA GAZEBO SANFONADA ARTICULADA 3X6 COM LONA SINTÉTICA (PVC) + CAPA DE PROTEÇÃO PARA TRANSPORTE - ESTRUTURA DE AÇO ESPECIAL, TRATADO COM ZINCO PRATA A FRIO, COLUNA EM FORMATO QUADRADA 25X25MM E TRAVESSAS (TESOURAS) OVAIS 30X16MM, BASE DE APOIO DOS PÉS EM CHAPA DE AÇO CARBONO, COM FURO PARA FIXAÇÃO NO SOLO, QUATRO TRAVAS SUPERIORES DE SEGURANÇA DE AÇO TEMPERADO, PARA TRAVAMENTO QUANDO ABERTA, QUATRO TRAVAS DE AÇO TEMPERADO PARA	UNID	2	R\$ 2.350,00	R\$ 4.700,00

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

	REGULAGEM DA ALTURA.				
VALOR TOTAL					R\$ 114.882,73

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto a formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de mobiliário, visando atender às demandas das unidades administrativas vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome do Município de Araripina/PE.

A necessidade da contratação fundamenta-se na imprescindibilidade de assegurar condições adequadas de funcionamento, organização e atendimento ao público nas unidades socioassistenciais, tais como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), programas sociais e demais equipamentos públicos vinculados à referida Secretaria.

Verifica-se que parte significativa do mobiliário atualmente utilizado encontra-se em estado de desgaste decorrente do uso contínuo, apresentando avarias, obsolescência e inadequação às normas ergonômicas e de segurança, o que compromete a eficiência das atividades administrativas, a qualidade do ambiente de trabalho e o atendimento prestado à população usuária dos serviços.

Ademais, a constante ampliação e reestruturação das ações e programas desenvolvidos pela Secretaria, bem como a eventual implantação de novas unidades, demandam a disponibilização de mobiliário adequado, funcional e compatível com as necessidades operacionais, garantindo ambiente apropriado tanto para os servidores quanto para os usuários.

A contratação por meio do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão da natureza variável da demanda, possibilitando aquisições de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos, evitando estoques desnecessários e assegurando economicidade.

Esta contratação observa as diretrizes estabelecidas no Decreto Municipal nº 032/2024, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito do Município de Araripina/PE.

Nos termos do art. 1º do referido Decreto, a adoção de critérios de regionalização tem por finalidade promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, ampliar a eficiência das políticas públicas e incentivar a inovação tecnológica.

A consideração da oferta local e regional mostra-se adequada à presente contratação, uma vez que contribui para maior eficiência na execução do objeto, especialmente quanto à logística, celeridade no atendimento e redução de custos operacionais, sem prejuízo à competitividade do certame.

Ressalta-se que a adoção de critérios de regionalização não implica restrição indevida à competitividade, mas sim a aplicação de tratamento diferenciado, nos termos da legislação vigente, podendo ser assegurada prioridade de contratação às microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, conforme previsto no Decreto Municipal nº 032/2024 e na Lei Complementar nº 123/2006.

Com isso, a medida está alinhada aos princípios da eficiência, do desenvolvimento nacional sustentável e do interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, contribuindo para o fortalecimento da economia local sem comprometer a vantajosidade da contratação.

Dessa forma, justifica-se a adoção dos critérios de regionalização no presente processo, em conformidade com a legislação aplicável e com vistas à promoção do interesse público.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

A presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao planejamento da Administração Pública Municipal, estando prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), em observância ao princípio do planejamento previsto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Por fim, destaca-se que a contratação está em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, sendo medida necessária para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome de Araripina/PE.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A solução proposta consiste na realização de procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, com adoção do **Sistema de Registro de Preços**, visando à futura e eventual aquisição de mobiliário destinado ao atendimento das necessidades das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome de Araripina/PE.

A contratação contemplará o fornecimento de mobiliários diversos, tais como mesas, cadeiras, armários, estantes, arquivos, longarinas, entre outros itens correlatos, conforme especificações detalhadas constantes neste Termo de Referência e em seus anexos.

A execução do objeto ocorrerá de forma **parcelada**, mediante emissão de Ordens de Fornecimento, de acordo com a necessidade da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, que será de **12 (doze) meses**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Os produtos deverão ser fornecidos novos, de primeiro uso, em perfeitas condições, atendendo aos padrões mínimos de qualidade, durabilidade, ergonomia e segurança, observando as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à ergonomia e ao uso em ambientes administrativos e institucionais.

Ciclo de vida do objeto

A solução considera o ciclo de vida do objeto, abrangendo as seguintes etapas:

a) Aquisição:

Seleção de fornecedores por meio de processo licitatório competitivo, assegurando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, com base em critérios de qualidade e preço.

b) Transporte e entrega:

Responsabilidade integral da contratada, incluindo logística, carga, descarga e, quando necessário, montagem dos mobiliários nas unidades indicadas pela Administração.

c) Utilização:

Os mobiliários serão utilizados nas atividades administrativas e de atendimento ao público, devendo apresentar resistência ao uso contínuo, conforto e funcionalidade, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho e atendimento.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

d) Manutenção e garantia:

Os itens deverão possuir garantia mínima contra defeitos de fabricação, assegurando a substituição ou reparo em caso de falhas, sem ônus para a Administração, durante o período estabelecido.

e) Desfazimento:

Ao final de sua vida útil, os bens deverão ter destinação adequada, podendo ser objeto de reaproveitamento, doação ou descarte ambientalmente correto, conforme a legislação aplicável.

Especificação do produto

As especificações técnicas dos mobiliários estarão detalhadas em planilha anexa, contemplando, no mínimo:

- Descrição detalhada de cada item;
- Dimensões aproximadas;
- Materiais de fabricação;
- Características estruturais e funcionais;
- Padrões de qualidade e acabamento;
- Requisitos de ergonomia e segurança;
- Exigência de montagem, quando aplicável.

Os produtos deverão atender integralmente às especificações estabelecidas, sendo passíveis de rejeição aqueles que não estejam em conformidade com os requisitos definidos.

A solução adotada busca garantir eficiência, economicidade e padronização dos mobiliários utilizados pela Administração, contribuindo para a melhoria contínua dos serviços públicos, em consonância com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Sustentabilidade
- 4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
- 4.3. Subcontratação
- 4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

- 4.5. Não Será exigida a prestação da garantia da contratação.
- 4.6. A presente contratação observa o Decreto Municipal nº 032 de maio de 2024, que estabelece diretrizes de regionalização, visando fortalecer a economia local, garantir maior eficiência logística e promover o desenvolvimento regional, em consonância com o interesse público.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto dar-se-á de forma **indireta**, sob o regime de fornecimento parcelado, por meio de **Sistema de Registro de Preços**, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome de Araripina/PE.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

O fornecimento será realizado mediante a emissão de **Ordem de Fornecimento**, expedida pelo setor competente, contendo a especificação dos itens, quantitativos, local de entrega e demais condições necessárias à execução.

5.1 Forma de execução

- A execução será **parcelada e sob demanda**, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços;
- A contratada deverá iniciar o atendimento da Ordem de Fornecimento imediatamente após o seu recebimento;
- O prazo para entrega dos mobiliários será de até **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado mediante justificativa aceita pela Administração.

5.2 Local e condições de entrega

- As entregas deverão ser realizadas nos locais indicados na Ordem de Fornecimento, abrangendo as unidades vinculadas à Secretaria, no âmbito do Município de Araripina/PE;
- As entregas ocorrerão em dias úteis, no horário de expediente da Administração;
- Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, protegidos contra danos, acompanhados de nota fiscal e demais documentos pertinentes.

5.3 Responsabilidades da contratada

Compete à contratada:

- Fornecer os mobiliários em conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;
- Garantir que os produtos sejam novos, de primeiro uso, e em perfeitas condições de funcionamento;
- Responsabilizar-se por todas as despesas relativas ao fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga e, quando necessário, montagem dos itens;
- Substituir, no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, os itens entregues em desconformidade com as especificações, sem ônus para a Administração;
- Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos.

5.4 Recebimento do objeto

O recebimento dos mobiliários ocorrerá em duas etapas:

- **Recebimento provisório:** no ato da entrega, para verificação quantitativa dos itens;
- **Recebimento definitivo:** após análise qualitativa e verificação da conformidade com as especificações, no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**.

Os itens que não atenderem às exigências estabelecidas serão rejeitados, total ou parcialmente, devendo ser substituídos pela contratada.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

5.5 Gestão e fiscalização

A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021, cabendo:

- Verificar o cumprimento das condições contratuais;
- Atestar o recebimento dos bens;
- Registrar ocorrências e adotar as providências cabíveis em caso de irregularidades;
- Aplicar, quando necessário, as penalidades previstas.

6. DA FISCALIZAÇÃO CONFORME O ART. 117, DA LEI 14.133/2021:

6.1 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.2 - Fiscalização Técnica

I - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

II - O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117);

III - Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

IV - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

V - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

VI - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

VII - O Contrato será fiscalizado por SINTHYA RAQUEL LACERDA FERREIRA, CPF: 083.821.264-64 - Portaria: 866/2025 - Matrícula: 8734

6.3. Gestor do Contrato

I - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

II - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

III - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

IV - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

V - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

VI - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

VII - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de pagamentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

VIII - O Gestor do Contrato será: **SANDRA MARIA ALENCAR, CPF: 716.408.604-44 Gerente do Trabalho e Educação Permanente - Portaria: 555/2025 - Matrícula: 95201**

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento

7.1.1. Os bens serão recebidos, no ato da entrega, juntamente com a cupom fiscal ou nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência na proposta.

7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.3.1. o prazo de validade;

7.2.3.2 a data da emissão;

7.2.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.2.3.5.o valor a pagar; e

7.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5. Cessão de crédito

7.5.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.5.2. *As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.*

7.5.3. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.5.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.5.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.5.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO.

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por item**, no modo de disputa **aberta**.

8.2. Exigências de habilitação

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3. Habilitação jurídica

8.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.3.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.3.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

8.3.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.3.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista.

8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Distrital ou Municipal, Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre

8.4.8. Caso o fornecedor seja considerado isento do tributo Estadual, Distrital ou Municipal, Distrital relacionado ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.5. Qualificação Econômico-Financeira

8.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.5.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.5.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.5.3.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.5.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.5.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.5.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

8.5.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total da contratação.

8.5.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.5.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.6. Qualificação Técnica

8.6.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens compatíveis com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.6.2. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome do CNPJ concorrente.*

8.6.3. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

8.7. Documentações complementares

8.7.1. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

8.7.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021.

8.7.3. Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

8.7.4. Declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;

8.8. No caso da participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.8.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.8.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.8.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.8.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.8.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.8.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

8.9. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, mediante documento firmado pelo interessado ou seu representante legal, em que declare, sob as penas da lei, que não emprega mão de obra que constitua violação ao disposto naquele preceito constitucional.

8.10. Participação de Consórcios:

8.10.1. Não Será permitida a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio. A vedação à participação de interessados que se apresentam constituídos sob a forma de consórcio não terá prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcio é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos do edital, o que não se aplica no presente certame. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, conforme se depreende do texto da Lei 14.133/2021, que em seu artigo 15º que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcios, para o caso concreto, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade. Essa decisão com relação a vedação à participação de consórcios visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida em que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam realizar o fornecimento do objeto, reduziria o número de licitantes.

8.10.2 A presente contratação observa o **Decreto Municipal nº 032 de maio de 2024**, que estabelece diretrizes de regionalização, visando fortalecer a economia local, garantir maior eficiência logística e promover o desenvolvimento regional, em consonância com o interesse público. Sendo observado em seus principais aspectos o art. 8º, § 2º, onde trata da observância do instrumento convocatório na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 114.882,73 (cento e catorze mil, oitocentos e oitenta e dois reais e setenta e três centavos)**, conforme cotação de preço anexa, em conformidade com as cotações realizadas em Banco de Preço.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade Gestora: 4 – Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina

Órgão Orçamentário: 44000 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade Orçamentária: 44001 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 830 – APOIO ÀS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Ação: 1.150 –AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, MOVÉIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: MSC – 1.501.0000 – Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 620

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina

Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 821 – BLOCO DE GESTÃO DO SUAS-IGD-SUAS

Ação: 1.130 – AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO IGD

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 455

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.660.0000 - Recursos Transferidos pelo FNAS

Código Reduzido da Despesa: 457

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina

Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 822 – PROGRAMA DE GESTÃO DO PROGRAMA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO

Ação: 1.131 – AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO IGD

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 466

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.660.0000 - Recursos Transferidos pelo FNAS

Código Reduzido da Despesa: 467

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina

Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 832 – PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS

Ação: 1.134 – AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES PARA O PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 502

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.660.0000 - Recursos Transferidos pelo FNAS

Código Reduzido da Despesa: 503

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina

Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 245 –Serviços Socioassistenciais

Programa: 834 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Ação: 1.132 – AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES DOS PROGRAMAS SOCIAIS DA PROTEÇÃO SOCIAL

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 477

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.660.0000 - Recursos Transferidos pelo FNAS

Código Reduzido da Despesa: 479

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina

Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 245 – Serviços Socioassistenciais

Programa: 823 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIALIZADA ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)

Ação: 1.133 – AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO MAC

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 491

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Fonte de recurso: MSC - 1.660.0000 - Recursos Transferidos pelo FNAS

Código Reduzido da Despesa: 493

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina

Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 827 – PROGRAMA DE FORTALECIMENTO EMERGENCIAL DO ATENDIMENTO DO CADASTRO ÚNICO NO SUAS - PROCADSUAS

Ação: 1.136 – AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES PARA O PROCADSUAS

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.660.0000 - Recursos Transferidos pelo FNAS

Código Reduzido da Despesa: 520

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina

Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 306 – Alimentação e Nutrição

Programa: 828 – COZINHA COMUNITÁRIA

Ação: 1.137 – AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES PARA A COZINHA COMUNITÁRIA

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 529

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.661.0000 – Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência

Código Reduzido da Despesa: 530

Unidade gestora: 11 - Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Órgão orçamentário: 45000 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Unidade orçamentária: 45001 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Função: 14 - Direitos da Cidadania

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 836 – GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Ação: 1.120 - EXECUÇÃO DE OBRAS, AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MOVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA O FMDCA

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 640

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina

Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade Orçamentária: 17004 –FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 241 – Assistência ao Idoso

Programa: 820 – GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Ação: 1.122 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS DIVERSOS DESTINADOS AO CMDI

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 399

11. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

11.1. O objeto será recebido provisoriamente, pelo responsável pelo setor da Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome, para posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações do edital e seus anexos.

11.2. O recebimento definitivo ocorrerá em até 03 (três) dias úteis, após a verificação e aceitação da qualidade e quantidade dos produtos recebidos.

11.3. O recebimento será formalizado mediante recibo expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome.

11.4. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome, rejeitará os produtos fornecidos em desacordo com o especificado neste Termo, através de termo circunstanciado, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto.

11.5. Os produtos que não atenderem às especificações deverão ser substituídos pelo licitante vencedor no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital e seus Anexos.

11.6. A qualidade dos produtos serão fatores preponderantes na avaliação final dos materiais;

11.7. A comprovação da qualidade dos itens licitados deverá ser feita pelo setor de compras, observando os critérios deste termo de referência através da Nota Fiscal dos produtos entregues, contendo os seguintes dados:

11.7.1. Marca do produto;

11.7.2. Especificação técnicas;

11.7.3. Data da entrega, assinatura do representante legal e carimbo CNPJ da licitante vencedora.

11.8. As obrigações resultantes do presente certame deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

11.9. Executado o objeto contratual, será ele recebido em conformidade com as disposições contidas na Lei 14.133/2021;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

11.10. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento em desacordo com as condições contratuais e os seus anexos.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá à licitante vencedora, o cumprimento das seguintes obrigações:

12.1. Efetuar a entrega do material de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no Termo de Referência;

12.2. Reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a substituição do mesmo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

12.3. Garantir a qualidade do objeto licitado, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeitos, nos termos do subitem anterior;

12.4. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e previdenciários resultantes do fornecimento;

12.5. Qualquer irregularidade que comprometa ou inviabilize o fornecimento do bem/produto deverá ser informada imediatamente a Secretaria de Assistência Social e Combate a Fome.

12.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos que, comprovadamente vierem a ocorrer em prejuízo do patrimônio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate a Fome ou de terceiros, adotando-se, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, as providências necessárias, procedendo em qualquer caso, à devida reposição do bem ou ressarcimento do(s) prejuízo(s);

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Na execução do objeto do contrato, obriga-se o CONTRATANTE a:

13.1. Efetuar os pagamentos no tempo, lugar e forma estabelecidos na contratação.

13.2. Notificar, por escrito, à CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas no produto;

13.3. Proporcionar todas as facilidades que lhe couber, para que a entrega do material seja executada na forma estabelecida neste Termo de Referência e respectiva AF;

13.4. Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade do produto;

13.5. Indicar um responsável para acompanhar o recebimento do objeto, cabendo aos mesmos conferir a qualidade e quantidade do material entregue;

13.6. Atestar na Nota Fiscal a entrega efetiva do material.

14. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1. O prazo de vigência será de **01 (um) ano** contados da assinatura da do contrato **na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.**

14.2. A vigência dos contratos decorrentes do contrato respeitará o limite dos créditos orçamentários, nos termos do disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

14.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

- c. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d. Deixar de apresentar amostra;
- e. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 15.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 15.1.4 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 15.1.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 15.1.6 Fraudar a licitação
- 15.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 15.1.7.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 15.1.7.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 15.1.7.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 15.1.8 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 15.1.9 Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 15.2 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 15.2.3 Advertência;
 - 15.2.4 Multa;
 - 15.2.5 Impedimento de licitar e contratar e
 - 15.2.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 15.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 15.3.3 A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 15.3.4 As peculiaridades do caso concreto
 - 15.3.5 As circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 15.3.6 Os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 15.3.7 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 15.4.3 Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2. e 15.1.3, A multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 15.4.4 Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.6 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.9 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 15.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 15.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.
- 15.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2. e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 15.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.5, 15.1.4, 15.1.6, 15.1.6,

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

15.1.7 e 15.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2. e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

15.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.315.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

15.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pelo Setor de Compras da Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome, integrando o processo administrativo formalizado com vistas à instauração do certame licitatório e constituindo-se parte do Contrato.

Araripina-PE, 17 de abril 2026.

Josimara Silva Lima
Assessor Jurídico
Portaria Nº 024/2026
Matrícula: 8580

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME DO MUNICÍPIO DE ARARIPINA/PE

Att. Sr. Pregoeiro

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, com sede a _____, para o fornecimento abaixo relacionado, conforme estabelecido no Pregão Eletrônico em epígrafe.

1 - IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE:

1.1 - Razão Social:

1.2 - CNPJ:

1.3 - Endereço:

1.4 - Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):

1.5 - Telefone, celular, e-mail:

2 - CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA:

2.1 - A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.

3 - ESPECIFICAÇÕES/UNIDADES/VALORES UNITÁRIOS:

ITE M	DESCRIÇÃO	UNI D.	QTD .	R\$ V. UNIT.	R\$ V. TOTAL
----------	-----------	-----------	----------	-----------------	-----------------

3.1 - **VALOR GLOBAL DA PROPOSTA:** R\$ xxxxx (xxxxx).

4 - DISPOSIÇÕES GERAIS:

4.1 - Declaramos que o objeto cotado atende todas as exigências do Edital, relativas à especificação e características, inclusive técnicas e que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

4.2 – Declaramos que a nossa proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, em conformidade com o art. 63, § 1º da Lei federal nº 14.133/2021;

4.3 - O prazo e local de entrega do objeto será de acordo com as exigências do Edital e seus anexos.

_____, _____ de _____ de 2026.

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE EMPREGADO MENOR
À SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME DO MUNICÍPIO DE
ARARIPINA/PE

Sr. Pregoeiro,

Declaramos que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº 9.854/99).

_____, _____ de _____ de 2026.

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

ANEXO IV

MODELO DA DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS

À SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME DO MUNICÍPIO DE ARARIPINA/PE

Sr. Pregoeiro,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais, e sob as penas da lei, que todas as documentações anexadas ao sistema são autênticas.

_____, _____ de _____ de 2026.

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES ADICIONAIS

À SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME DO MUNICÍPIO DE ARARIPINA/PE

Sr. Pregoeiro,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que se compromete a fornecer informações adicionais, solicitadas pelo Pregoeiro, tais como: laudos técnicos de análises do produto, catálogos, e outros, a qualquer tempo e/ou fase do processo licitatório, com finalidade de dirimir dúvida e instruir as decisões relativas ao julgamento.

_____, _____ de _____ de 2026.

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUALIDADE E SUSTENTABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL**

**À SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME DO MUNICÍPIO DE
ARARIPINA/PE**

Sr. Pregoeiro,

Para fins de participação no Pregão Eletrônico Nº 00x/2026, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede a _____, DECLARA, sob as penas da Lei, notadamente contidos no Art. 5º da Instrução Normativa MPOG nº 01/2010, que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, tais como:

I - Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II - Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares. A empresa reconhece seu compromisso socioambiental, mantendo-se disponível à fiscalização pelos órgãos responsáveis.

_____, _____ de _____ de 2026.

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

ANEXO VII

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ARARIPINA/PE**, através da **SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E COMBATE Á FOME**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.491.152/0001-86, com sede à Rua Coelho Rodrigues, nº 275, Centro, Araripina/PE, CEP: 56.282-108, neste ato representado pela sua representante, conforme a Portaria nº 551/2025, a **Sra. CAMILLA GUALTER BATISTA SAMAPIO CARDOSO**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº XXXXX, CPF/MF nº XXXXXX, residente e domiciliado no Município de Araripina, Estado de Pernambuco, doravante denominado de **ORGÃO GERENCIADOR**, de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa _____, com endereço na Rua _____, Nº _____, bairro _____, em _____, Estado do _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada por _____, CPF nº _____, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, têm entre si, justos e acordados, o presente **CONTRATO** oriundo do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026**, tudo de conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14133/21 e suas alterações, Lei Complementar nº. 123/06, Lei 147/2014e demais legislações complementares vigentes e pertinentes à matérias e mediante as cláusulas e condições adiante expendidas, a que mutuamente se obrigam:

1. DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de mobiliário, visando atender às demandas das unidades administrativas vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome do Município de Araripina/PE, conforme especificações constantes no Termo de Referência;

1.2. A existência de preços registrados não impede a Administração de realizar compras, sempre que julgar conveniente e oportuno, por meio de processo licitatório específico, ou diretamente, respeitando o disposto em lei e assegurado o direito de preferência ao beneficiário do registro em igualdade de condições.

2. DO PREÇO/VALOR

2.1. O preço global de R\$ _____ conforme especificado por valores unitários, referente ao(s) itens(s), conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL

2.2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os encargos de natureza tributária, social, previdenciária, de administração, lucros, equipamentos, ferramentas, transportes de material, de pessoal e qualquer outra despesa não especificada no Edital e seus anexos.

3. DO EMPENHAMENTO E PAGAMENTO DA DESPESA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

3.1. As despesas em decorrência do objeto desta licitação correrão por conta da LOA 2025, na seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 4 – Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina
Órgão Orçamentário: 44000 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME
Unidade Orçamentária: 44001 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME
Função: 8 – Assistência Social
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 830 – APOIO ÀS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME
Ação: 1.150 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, MOVÉIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME
Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: MSC – 1.501.0000 – Recursos Próprios
Código Reduzido da Despesa: 620

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina
Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME
Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 821 – BLOCO DE GESTÃO DO SUAS-IGD-SUAS
Ação: 1.130 – AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO IGD
Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios
Código Reduzido da Despesa: 455
Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de recurso: MSC - 1.660.0000 - Recursos Transferidos pelo FNAS
Código Reduzido da Despesa: 457

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina
Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME
Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 822 – PROGRAMA DE GESTÃO DO PROGRAMA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Ação: 1.131 – AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO IGD

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 466

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.660.0000 - Recursos Transferidos pelo FNAS

Código Reduzido da Despesa: 467

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina

Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 832 – PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS

Ação: 1.134 – AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES PARA O PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 502

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.660.0000 - Recursos Transferidos pelo FNAS

Código Reduzido da Despesa: 503

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina

Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 245 –Serviços Socioassistenciais

Programa: 834 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Ação: 1.132 – AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES DOS PROGRAMAS SOCIAIS DA PROTEÇÃO SOCIAL

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 477

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.660.0000 - Recursos Transferidos pelo FNAS

Código Reduzido da Despesa: 479

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina
Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME
Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 245 – Serviços Socioassistenciais
Programa: 823 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIALIZADA ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)
Ação: 1.133 – AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO MAC
Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios
Código Reduzido da Despesa: 491
Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de recurso: MSC - 1.660.0000 - Recursos Transferidos pelo FNAS
Código Reduzido da Despesa: 493

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina
Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME
Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 827 – PROGRAMA DE FORTALECIMENTO EMERGENCIAL DO ATENDIMENTO DO CADASTRO ÚNICO NO SUAS - PROCADSUAS
Ação: 1.136 – AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES PARA O PROCADSUAS
Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de recurso: MSC - 1.660.0000 - Recursos Transferidos pelo FNAS
Código Reduzido da Despesa: 520

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina
Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME
Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 306 – Alimentação e Nutrição
Programa: 828 – COZINHA COMUNITÁRIA
Ação: 1.137 – AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES PARA A COZINHA COMUNITÁRIA
Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios
Código Reduzido da Despesa: 529

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.661.0000 – Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência

Código Reduzido da Despesa: 530

Unidade gestora: 11 - Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Órgão orçamentário: 45000 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Unidade orçamentária: 45001 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Função: 14 - Direitos da Cidadania

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 836 – GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ação: 1.120 - EXECUÇÃO DE OBRAS, AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MOVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA O FMDCA

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 640

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina

Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade Orçamentária: 17004 –FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 241 – Assistência ao Idoso

Programa: 820 – GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Ação: 1.122 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS DIVERSOS DESTINADOS AO CMDI

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 399

4. DA VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

4.1. A (s) Ata (s) de Registro de Preços resultante (s) deste certame terá (ão) vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura;

4.2. A vigência dos contratos decorrentes desta (s) Ata (s) respeitará (ão) o limite dos créditos orçamentários, nos termos do disposto na Lei nº 14.133/2021, com vigência até 31/12/2026. Após essa data, poderá ser utilizada a dotação orçamentária do ano subsequente, desde que seja interesse das partes;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

4.3. Conforme permissivo constante na Lei nº 14.133/2021, a Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na contratação, até 25% do valor inicial atualizado, facultada a supressão além de 25%, mediante acordo celebrado entre as partes;

4.4. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, ressalvados os casos de supressões estabelecidas mediante acordo entre as partes, conforme previsão da Lei nº 14.133/2021.

5. DA ENTREGA, ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. O prazo de fornecimento dos produtos é de até no máximo 05 (cinco) dias corridos, após a solicitação oficial, através da ordem de compra;

5.2. Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, de acordo com Aviso de Fornecimento (AF) da Secretaria de Administração, Gestão e Patrimônio, em dias úteis, no período das 08:00 às 13:00 horas. Lembrando que o dia e horário da entrega deverão ser previamente agendados com o responsável pelo Setor de Compras;

5.3. Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado, localizado na Sede da Secretaria Assistência Social e Combate à Fome, na Rua Coelho Rodrigues, 275, Centro, Araripina-PE;

5.4. Os produtos deverão ser entregues acondicionados adequadamente e estar acompanhados da nota fiscal correspondente, devidamente preenchida;

5.5. Todo o material terá prazo de validade indeterminado, que varia de acordo com a forma de conservação e uso;

5.6. No caso de ocorrência de motivo de força maior que venha a impossibilitar o cumprimento do prazo de entrega informado na proposta, a contratada deverá comunicar a Secretaria de Administração, Gestão e Patrimônio por escrito tal ocorrência, indicando a data em que efetivará a entrega, não podendo o adiamento da entrega ser superior ao prazo original;

5.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de crédito em conta corrente em qualquer instituição bancária indicada pela CONTRATADA, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestado o recebimento por setor técnico competente, comprovando o recebimento do objeto deste certame;

6.2. Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos de frete, inclusive quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato;

6.3. O pagamento será efetuado através de ordem bancária a favor da instituição bancária indicada pela CONTRATADA;

6.4. A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCILA E COMBATE À FOME reserva-se no direito de suspender o pagamento se o objeto for entregue em desacordo com as especificações constantes neste Edital e/ou Termo de Referência;

6.5. Antes do pagamento, a Contratante verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade das certidões nos sites oficiais, especialmente quanto à regularidade fiscal e trabalhista, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento;

6.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

6.7. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

6.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva do CONTRATANTE, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida pela Prefeitura Municipal de Araripina/PE, entre a data referida no item 6.1 e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} I = \frac{(6/100)}{365} I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. Constituem obrigações do **FORNECEDOR**, além das constantes na Lei nº 14.133/2021, as seguintes:

- a) Compromete-se a registrar o preço proposto pelo prazo de 12 (doze) meses;
- b) Manifestar-se por escrito quanto à aceitação de eventuais contratações;
- c) Atender prontamente às requisições ao Órgão Gerenciador ou eventuais Contratantes na execução do objeto de Registro de Preços na quantidade e especificações exigidas no prazo estabelecido na ordem de fornecimento ou no contrato;
- d) Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao ÓRGÃO GESTOR ou eventuais Contratantes, por ação ou omissão na prestação das entregas do presente objeto;
- e) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Registro;
- f) Selecionar e preparar os funcionários responsáveis pela prestação do objeto;
- g) Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados;
- h) Prestar as informações solicitadas pelo ÓRGÃO GESTOR e eventuais Contratantes;
- i) Informar previamente toda e qualquer alteração nas condições da prestação do objeto que atinja direta ou indiretamente aos eventuais Contratantes e ao ÓRGÃO GESTOR;
- j) Facilitar a fiscalização da Administração, quando da entrega do material;
- k) Comunicar imediatamente aos eventuais Contratantes e ao ÓRGÃO GESTOR sobre qualquer defeito apresentado nos produtos;
- n) Responsabilizar-se pelo custeio das despesas referentes a transporte, embalagem, instalação e seguro quando da entrega dos produtos.
- o) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do presente objeto, conforme exigência legal;
- p) Manter, durante toda a duração deste Registro de Preços e de eventuais contratações decorrentes, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

8.1. A Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome de Araripina/PE é o Órgão Gestor da Ata de Registro de Preços e deverá:

- a) Assinar a Ata de Registro de Preços;
- b) Providenciar a publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial Eletrônico do Município (Amupe);
- c) Autorizar os órgãos e entidades participantes do registro de preços a firmar os contratos de adesão nos quantitativos determinados;
- d) Manter o controle dos quantitativos disponíveis para os participantes do registro de preços;
- e) Verificar, periodicamente, a vantajosidade dos itens do objeto da Ata de Registro de Preços;
- f) Aplicar, a qualquer momento, as penalidades previstas na Ata de Registro de Preços;
- g) Acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;
- h) Autorizar adesões a Ata de Registro de Preços;
- i) Realizar pesquisa de mercado para identificação do valor máximo da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes;
- j) Gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos Fornecedores registrados para atendimento às necessidades do órgão ou entidade requerente;
- k) Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- l) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- m) Observar os limites estabelecidos para os Órgãos participantes e não participantes nos termos da legislação vigente.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/contratado que:
- I. Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - II. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III. Der causa à inexecução total do contrato;
 - IV. Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
 - V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - XII. Praticar atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- 9.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- 9.2.2. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a VII acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XII, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei);

9.2.4. Multa:

9.2.4.1. Compensatória, para as infrações descritas nos incisos VIII a XI acima, de 1% a 5% do valor do contrato;

9.2.4.2. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no inciso III acima, a multa será de 1% a 30% do valor do contrato;

9.2.4.3. Para infração descrita no inciso II acima, a multa será de 1% a 20% do valor do contrato;

9.2.4.4. Para infrações descritas nos incisos IV a VII, a multa será de 1% a 10% do valor do contrato;

9.2.4.5. Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias;

9.2.4.6. Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.2.4.7. Os valores das multas aplicadas deverão ser recolhidos à conta do Município de Araripina/PE, através de Guia de Recolhimento fornecida pela Secretaria Municipal de Tributos, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a administração da PMA reter o valor correspondente de pagamento futuros devidos à CONTRATADA, ou ainda cobrá-las judicialmente, segundo a Lei 6.830/80, com os encargos correspondentes;

9.3. O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza o Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4. A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021);

9.5. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021);

9.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021);

9.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021);

9.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

9.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

9.10.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.10.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.10.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.10.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

9.10.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

9.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021);

9.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021);

9.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133/2021);

9.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10. DOS CASOS OMISSOS

10.1. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes anuentes, de comum acordo, com base na legislação em vigência.

11. DO FORO

11.1. As partes anuentes elegem o Foro da Comarca de Araripina/PE, como o único competente para dirimir toda e qualquer controvérsia resultante da presente Ata, renunciando, expressamente, a outro qualquer, por mais privilegiado que se configure. E, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um único efeito de direito.

Araripina/PE, ____ de _____ de 2026.

ANUENTE/ÓRGÃO

FORNECEDOR

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATAÇÃO PARA
AQUISIÇÃO DE
MATERIAL
PERMANENTE, ONDE, DE
UM LADO SECRETARIA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
E COMBATE À FOME DO
MUNICÍPIO DE
ARARIPINA/PE, E, DO
OUTRO LADO, _____,
NA
FORMA _____ E NAS
CONDIÇÕES ABAIXO
ESTIPULADAS.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00x/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00x/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 0XX/2026
DATA DA HOMOLOGAÇÃO:

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ARARIPINA/PE, através da **SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E COMBATE À FOME**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.491.152/0001-86, com sede à Rua Coelho Rodrigues, nº 275, Centro, Araripina/PE, CEP: 56.282-108, neste ato representado pela sua representante, conforme a Portaria nº 551/2025, a **Sra. CAMILLA GUALTER BATISTA SAMAPIO CARDOSO**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº XXXXX, CPF/MF nº XXXXXX, residente e domiciliado no Município de Araripina, Estado de Pernambuco, doravante denominado de **ORGÃO GERENCIADOR**, de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa _____, com endereço na Rua _____, Nº _____, bairro _____, em _____, Estado do _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada por _____, CPF nº _____, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, têm entre si, justos e acordados, o presente **CONTRATO** oriundo do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026**, ainda, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores, com observância das disposições contidas Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, aplicando-se os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E SUAS ESPECIFICAÇÕES

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S), VISANDO À AQUISIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de mobiliário, visando atender às demandas das unidades administrativas vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome do Município de Araripina/PE, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

conformidade com o especificado no PL Nº 004/2026 - PE Nº 004/2026, que fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição;

1.2.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ENTREGA, ACEITAÇÃO, RECEBIMENTO E GARANTIA DO OBJETO

- 2.1. O prazo de fornecimento dos produtos é de até no máximo 05 (cinco) dias corridos, após a solicitação oficial, através da ordem de compra;
- 2.2. Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, de acordo com Aviso de Fornecimento (AF) da Secretaria de Administração, Gestão e Patrimônio, em dias úteis, no período das 08:00 às 13:00 horas. Lembrando que o dia e horário da entrega deverão ser previamente agendados com o responsável pelo Setor de Compras;
- 2.3. Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado, localizado na Sede da Prefeitura Municipal de Araripina, na Rua Coelho Rodrigues 174, Centro, Araripina-PE;
- 2.4. Os produtos deverão ser entregues acondicionados adequadamente e estar acompanhados da nota fiscal correspondente, devidamente preenchida;
- 2.5. Todo o material terá prazo de validade indeterminado, que varia de acordo com a forma de conservação e uso;
- 2.6. No caso de ocorrência de motivo de força maior que venha a impossibilitar o cumprimento do prazo de entrega informado na proposta, a contratada deverá comunicar a Secretaria de Administração, Gestão e Patrimônio por escrito tal ocorrência, indicando a data em que efetivará a entrega, não podendo o adiamento da entrega ser superior ao prazo original;
- 2.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora: 4 – Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina

Órgão Orçamentário: 44000 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade Orçamentária: 44001 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Função: 8 – Assistência Social

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 830 – APOIO ÀS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Ação: 1.150 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, MOVÉIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: MSC – 1.501.0000 – Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 620

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina

Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 821 – BLOCO DE GESTÃO DO SUAS-IGD-SUAS

Ação: 1.130 – AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO IGD

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 455

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.660.0000 - Recursos Transferidos pelo FNAS

Código Reduzido da Despesa: 457

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina

Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 822 – PROGRAMA DE GESTÃO DO PROGRAMA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO

Ação: 1.131 – AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO IGD

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 466

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.660.0000 - Recursos Transferidos pelo FNAS

Código Reduzido da Despesa: 467

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina

Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 832 – PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS

Ação: 1.134 – AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES PARA O PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 502

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.660.0000 - Recursos Transferidos pelo FNAS

Código Reduzido da Despesa: 503

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina

Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 245 –Serviços Socioassistenciais

Programa: 834 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Ação: 1.132 – AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES DOS PROGRAMAS SOCIAIS DA PROTEÇÃO SOCIAL

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 477

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.660.0000 - Recursos Transferidos pelo FNAS

Código Reduzido da Despesa: 479

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina

Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 245 – Serviços Socioassistenciais

Programa: 823 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIALIZADA ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)

Ação: 1.133 – AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO MAC

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 491

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.660.0000 - Recursos Transferidos pelo FNAS

Código Reduzido da Despesa: 493

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina

Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Programa: 827 – PROGRAMA DE FORTALECIMENTO EMERGENCIAL DO ATENDIMENTO DO CADASTRO ÚNICO NO SUAS - PROCADSUAS

Ação: 1.136 – AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES PARA O PROCADSUAS

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.660.0000 - Recursos Transferidos pelo FNAS

Código Reduzido da Despesa: 520

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina

Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade Orçamentária: 17002 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 306 – Alimentação e Nutrição

Programa: 828 – COZINHA COMUNITÁRIA

Ação: 1.137 – AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES PARA A COZINHA COMUNITÁRIA

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 529

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.661.0000 – Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência

Código Reduzido da Despesa: 530

Unidade gestora: 11 - Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Órgão orçamentário: 45000 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Unidade orçamentária: 45001 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Função: 14 - Direitos da Cidadania

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 836 – GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ação: 1.120 - EXECUÇÃO DE OBRAS, AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MOVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA O FMDCA

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 640

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Araripina

Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Unidade Orçamentária: 17004 –FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 241 – Assistência ao Idoso

Programa: 820 – GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Ação: 1.122 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS DIVERSOS DESTINADOS AO CMDI

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de recurso: MSC - 1.501.0000 - Recursos Próprios

Código Reduzido da Despesa: 399

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DO ACRÉSCIMO/SUPRESSÃO DO CONTRATO

4.1. A vigência deste instrumento contratual respeitará o limite dos créditos orçamentários, nos termos do disposto na Lei nº 14.133/2021, com vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. Após essa data, poderá ser utilizada a dotação orçamentária do ano subsequente, desde que seja interesse das partes;

4.2. Conforme permissivo constante na Lei nº 14.133/2021, a Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na contratação, até 25% do valor inicial atualizado, facultada a supressão além de 25%, mediante acordo celebrado entre as partes;

4.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, ressalvados os casos de supressões estabelecidas mediante acordo entre as partes, conforme previsão da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Constitui obrigações das partes, além das disposições previstas na Lei Nº 14.133/2021 e suas alterações:

5.1. DA CONTRATADA:

- a) Efetuar a entrega do material de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no Termo de Referência;
- b) Reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a substituição do mesmo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;
- c) Garantir a qualidade do objeto licitado, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeitos, nos termos do subitem anterior;
- d) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e previdenciários resultantes do fornecimento;
- e) Qualquer irregularidade que comprometa ou inviabilize o fornecimento do bem/produto deverá ser informada imediatamente a Secretaria de Administração e Planejamento;
- f) Responsabilizar-se por quaisquer danos que, comprovadamente vierem a ocorrer em prejuízo do patrimônio da Secretaria de Administração e Planejamento ou de terceiros, adotando-se, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, as providências necessárias, procedendo em qualquer caso, a devida reposição do bem ou ressarcimento do (s) prejuízo(s).

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

5.2. DA CONTRATANTE:

- a) Efetuar os pagamentos no tempo, lugar e forma estabelecidos na contratação;
- b) Notificar, por escrito, à CONTRATADA, quaisquer irregularidades encontradas no produto;
- c) Proporcionar todas as facilidades que lhe couber, para que a entrega do material seja executada na forma estabelecida neste Termo de Referência e respectiva AF;
- d) Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade do produto;
- e) Indicar um responsável para acompanhar o recebimento do objeto, cabendo aos mesmos conferir a qualidade e quantidade do material entregue;
- f) Atestar na Nota Fiscal a entrega efetiva do material.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 6.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/contratado que:
- I. Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - II. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III. Der causa à inexecução total do contrato;
 - IV. Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
 - V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - XII. Praticar atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- 6.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- 6.2.2. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a VII acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- 6.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XII, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei);
- 6.2.4. Multa:
 - 6.2.4.1. Compensatória, para as infrações descritas nos incisos VIII a XI acima, de 1% a 5% do valor do contrato;
 - 6.2.4.2. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no inciso III acima, a multa será de 1% a 30% do valor do contrato;
 - 6.2.4.3. Para infração descrita no inciso II acima, a multa será de 1% a 20% do valor do contrato;
 - 6.2.4.4. Para infrações descritas nos incisos IV a VII, a multa será de 1% a 10% do valor do contrato;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

- 6.2.4.5. Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias;
- 6.2.4.6. Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- 6.2.4.7. Os valores das multas aplicadas deverão ser recolhidos à conta do Município de Araripina/PE, através de Guia de Recolhimento fornecida pela Secretaria Municipal de Tributos, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a administração da PMA reter o valor correspondente de pagamento futuros devidos à CONTRATADA, ou ainda cobrá-las judicialmente, segundo a Lei Nº 6.830/80, com os encargos correspondentes;
- 6.3. O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza o Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.4. A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021);
- 6.5. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021);
- 6.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021);
- 6.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021);
- 6.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
- 6.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 6.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):
- 6.10.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 6.10.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 6.10.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 6.10.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
- 6.10.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021);
- 6.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021);
- 6.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133/2021);

6.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

7.2. Fiscalização Técnica:

I - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

II - O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117);

III - Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

IV - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

VI - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;

VII - O Contrato será fiscalizado pela servidora efetiva **SINTHYA RAQUEL LACERDA**

FERREIRA, Portadora do CPF: 083.821.264-64, Portaria nº 866/2025 – Matrícula nº 8737.

7.3. Gestor do Contrato:

I - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

II - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência;

III - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

IV - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

V - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

VI - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

VII - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de pagamentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;

VIII - O Gestor do Contrato será a servidora **SANDRA MARIA ALENCAR, Gerente do Trabalho e Educação Permanente, Portadora do CPF: 716.408.604-44, Portaria nº 555/2025 – Matrícula nº 95201.**

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

8.1. Constitui motivo para rescisão do presente Contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, desde que cabíveis a presente contratação, resguardadas as prerrogativas conferidas.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. É vedada a subcontratação, parcial ou total, do objeto contratado, não podendo a CONTRATADA transferir a outrem a sua execução, salvo mediante prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;

9.2. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. As partes CONTRATANTES elegem o Foro da Comarca de Araripina, Estado de Pernambuco, como único competente para dirimir qualquer divergência ou dúvida oriunda do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que se configure. E, por estarem, assim justos e acordados, lavram o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, que após lido e achado conforme é firmado pelas partes, a tudo presente, e que no final também subscrevem.

Araripina/PE, de XX de abril de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA